



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Deu-se conta da apresentação do projecto de lei n.º 224/IX.

Em sessão de perguntas de âmbito geral ao Governo, o Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa (Abílio Morgado) deu resposta à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia (Os Verdes), sobre as medidas tomadas em relação aos casos de fraude e uso abusivo detectados no ensino secundário recorrente do ensino privado e as implicações decorrentes da aplicação do despacho n.º 3451/2002, de 1 de Fevereiro, tendo ainda sido colocados pedidos de esclarecimento adicionais pelos Srs. Deputados Fernando Cabral (PS) e Carlos Antunes (PSD).

O Sr. Deputado Costa e Oliveira (PSD) colocou uma pergunta sobre apoio ao desporto para deficientes e à respectiva Federação, à qual respondeu o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos (Herminio Loureiro), que também deu resposta aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Laurentino Dias (PS) e Bruno Dias (PCP).

A pergunta formulada pelo Sr. Deputado Luís Miranda (PS), relativa ao quartel da GNR em Figueira de Cavaleiros (Ferreira do Alentejo), respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna (Luís Pais de Sousa), que prestou esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Rodeia Machado (PCP) e Miguel Raimundo (PSD).

O Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho (PSD) formulou uma pergunta relativa às perspectivas para o aeroporto de Beja, à qual respondeu o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro), que também deu esclarecimentos adicionais aos

Srs. Deputados Rodeia Machado (PCP), Luís Miranda (PS), Isabel Gonçalves (CDS-PP) e Pedro do Ó Ramos (PSD).

O mesmo Sr. Secretário de Estado respondeu, ainda, à pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Pontes (PS), sobre o traçado do IP9 entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Honório Novo (PCP) e Carlos Antunes (PSD).

A pergunta sobre a situação da ponte Europa formulada pelo Sr. Deputado Manuel Cambra (CDS-PP) e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados António Filipe (PCP), Victor Baptista (PS), Miguel Coleta (PSD) e João Rui de Almeida, bem como à defesa da honra feita pelo Sr. Deputado Jorge Coelho (PS) em relação a declarações do Sr. Deputado Miguel Coleta (PSD), respondeu o mesmo Sr. Secretário de Estado.

A Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia (Dulce Franco) respondeu à pergunta feita pelo Sr. Deputado Bruno Dias (PCP), sobre o controlo que ao Governo cabe exercer à actividade da concessionária de distribuição de energia eléctrica, e aos pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Maximiano Martins (PS) e Jorge Tadeu Morgado (PSD).

A pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias (BE), sobre a qualidade alimentar e as medidas de controlo, fiscalização e punição dos infractores, e aos esclarecimentos adicionais formulados pelos Srs. Deputados Maria Santos (PS), Bruno Dias (PCP), Gonçalo Breda Marques (PSD) e Miguel Paiva (CDS-PP), respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas (Frazão Gomes).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Soromenho Gomes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira

Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Jaime José Matos da Gama
 Jâmila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barrôso Soares
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada

José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro
 Paulo José Fernandes Pedrosa
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta do expediente.

O Sr. **Secretário** (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de lei n.º 224/IX — Assegura a competência plena dos tribunais portugueses face à jurisdição do Tribunal Penal Internacional (altera o Código Penal Português em matéria do crime de genocídio, dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra) (PSD), que baixou à 1.ª Comissão.

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, julgo que é esta a primeira vez que vai ter lugar uma sessão de perguntas ao Governo ao abrigo e em aplicação das regras do Regimento revisto.

Chamo a atenção de todos que para que estas sessões de perguntas sejam verdadeiramente eficazes e, digamos, também suportáveis exigem que se cumpra rigorosamente aquilo que está previsto no Regimento sobre os tempos de intervenção.

Quero também prevenir todos de que serei extremamente rigoroso e de que não terei outro remédio senão desligar o microfone a quem exceder o seu tempo de intervenção. Se estão previstos 3 minutos, serão 3 minutos; se estão previstos 2 minutos, serão 2 minutos.

Peço, pois, a atenção e a compreensão de todos. De outra forma, correremos sempre o risco de ficarmos aqui até às 14 horas com meia dúzia de pessoas na Sala... Bem, nessas condições, não ficaremos, porque se não houver quórum encerrarei a sessão!

Com este esclarecimento, ficam claras as regras do jogo desde o início! Solicito, pois, aos grupos parlamentares que, com o empenho dos seus respectivos membros, assegurem o quórum de funcionamento até ao final da sessão. Esse ponto é absolutamente fundamental!

Por outro lado, tem agora de se levar em conta a circunstância de termos introduzido no Regimento uma nova forma de perguntas ao Governo — são as perguntas de tema aberto. Já teve lugar uma sessão com este formato, que, aliás, foi muito bem sucedida, estando outra agenda para breve.

Deste modo, entendo que, nestas sessões de perguntas ao Governo, o Governo responderá às perguntas que lhe tiverem sido formuladas e que os esclarecimentos adicionais, solicitados por outros Srs. Deputados, só devem referir-se às questões concretamente colocadas ao Governo e às quais, nos termos regimentais, o Governo aceitou responder. Portanto, não aceitarei perguntas que não sejam referentes ao tema que está em causa e para o qual o Governo foi convocado para responder.

Peço o favor de terem em conta esta interpretação e esta aplicação do Regimento, porque serei também absolutamente determinado na aplicação deste princípio a propósito de cada um dos temas que constam do guião respectivo, de que todos os grupos parlamentares têm conhecimento.

Vamos, pois, iniciar os nossos trabalhos.

A primeira pergunta, sobre as medidas tomadas em relação aos casos de fraude e uso abusivo detectados no ensino secundário recorrente do ensino privado e as im-

plicações decorrentes da aplicação do despacho n.º 3451/2002, de 1 de Fevereiro, vai ser formulada pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, e será respondida pelo Secretário de Estado da Administração Educativa.

Tem, pois, a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, que dispõe de 3 minutos para a formulação da referida pergunta.

O Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, o ensino recorrente, como todos sabemos, constituiu uma forma, em algumas escolas privadas, de garantir a entrada de alunos no ensino superior, recorrendo à admissão fraudulenta de alunos que vinham do ensino regular, matriculando-os no recorrente, sem que preenchessem os requisitos necessários e usando mecanismos de inflação das notas de avaliação dos anos relativos ao ensino secundário.

Para isso, bastava pagar, e a escola tratava do resto. De ano para ano, o número de alunos do ensino recorrente aumentava significativamente e, só em 2002, a Inspeção Geral da Educação admite haver cerca de 19 000 alunos que estão sob suspeita de terem usado o ensino recorrente de forma ilegítima.

A consequência disto foi que muitos alunos ingressaram no ensino superior por essa via e outros alunos do ensino regular ficaram preteridos e não ingressaram nos cursos que desejavam. As denúncias que muitos pais apresentaram demonstravam, justamente, a revolta por uma injustiça a que era preciso pôr cobro e vieram despoletar um processo de alertas e preocupações muito importante. É por isso que, desde já, quero referir que não se entende como é que o Ministério da Educação não respondeu, e insiste em não responder, à solicitação dos pais no sentido de poderem ser informados sobre esta matéria.

Ora, para além de, este ano, os alunos do ensino recorrente terem ficado com as suas matrículas condicionadas à garantia da regularidade do seu processo, eu gostava de perguntar que irregularidades já foram detectadas, neste ano lectivo, nessas matrículas condicionadas.

O Ministério comprometeu-se a averiguar processos de entrada na universidade por via do recorrente desde o ano lectivo 2000/2001. O que é que tem resultado desses inquéritos? Que solução vai ser encontrada para a situação dos alunos que, comprovadamente, teriam entrado nos cursos que pretendiam, caso essas vagas não tivessem sido ocupadas irregularmente? E também, Sr. Secretário de Estado, que medidas foram dirigidas às cerca de 20 escolas que desvirtuaram o ensino recorrente, facilitando a sua utilização para perverter o sistema e obter mais lucro com isso?

Por último, Sr. Secretário de Estado, gostava de colocar-lhe a seguinte questão: o despacho normativo n.º 49/2002, de 4 de Novembro, retrocede retirando o direito de acesso ao ensino recorrente a jovens trabalhadores de 16 anos, impondo os 18 anos como limite mínimo de idade. Sr. Secretário de Estado, tem ideia do número dos jovens que podem ser afastados por este recuo?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Educativa** (Abílio Morgado): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada,

muito obrigado, pelas suas perguntas. Deixe-me tentar dar-lhe uma resposta global a todas as perguntas que fez, que são, de facto, da maior importância, reafirmando, aqui aquilo que, há dias, disse à Assembleia relativamente à delicadeza e importância deste processo.

Em primeiro lugar, deixe-me que lhe diga que, realmente, era absolutamente necessário intervir neste processo. Tem razão, os dados estatísticos são absolutamente reveladores. Criou-se uma suspeição generalizada relativamente ao ensino recorrente — ela existe, é um dado de facto —, mas há elementos estatísticos: em 1998/99, houve, no acesso ao ensino superior, 1787 alunos oriundos do ensino recorrente; em 2002/2003, são cerca de 18 500 alunos.

Refiro-lhe ainda um dado interessante: 6938 alunos que, em 2001/2002, tinham tentado aceder ao ensino superior pelo ensino regular, em 2002/2003 tentaram fazê-lo pelo ensino recorrente, o que significa que há aqui uma utilização clara dessa via. Há denúncias e há também a intervenção do Sr. Provedor de Justiça, que eu aqui queria relevar, que pediu efectivamente a intervenção do Governo.

Quanto aos objectivos da intervenção, eles são muito claros. Em primeiro lugar, Sr.ª Deputada, trata-se de claramente prevenir a situação de forma a que, no futuro, ela não volte a acontecer. Em segundo lugar, trata-se de punir e reprimir as escolas, quer públicas quer privadas — aí deixe-me que não faça diferenciação —, em que e verifique este tipo de fraudes. Em terceiro lugar — e este ponto é muito importante — trata-se de repor a verdade relativamente ao acesso ao ensino superior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Não se trata tanto de punir os alunos que entraram no ensino superior por esta via, porque há aqui lógicas de culpabilidade subjectiva que são muito delicadas, mas sobretudo de repor a verdade.

Por último, Sr.ª Deputada, permita-me também que frise um ponto: retirar, relativamente a esses alunos, o ónus que teriam toda a vida se este processo não fosse clarificado.

O modelo da intervenção, como sabe, está definido. Há um grupo com independência técnica que está a analisar estes assuntos e que está a fazer propostas aos governos relativamente à anulação ou não de matrículas. Ainda não foram feitas propostas relativamente a essas anulações, mas, porque faz parte da independência técnica desse grupo, já foram libertados alguns dos condicionalismos dessas matrículas.

Sr.ª Deputada, posso dizer-lhe que, neste momento, relativamente ao total de alunos investigados, através deste condicionalismo de matrículas, há já 738 processos comunicados à Direcção-Geral do Ensino Superior de libertação dessas matrículas, mais 191 em condições de seguirem ainda esta semana (hoje ou no início da próxima semana).

Gostava também de dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que os níveis de análise, ou seja,...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se. Tem de concluir.

O **Orador:** — Sr.ª Deputada, o âmbito da nossa análise incide basicamente sobre dois pontos: acesso ao ensino superior através de matrículas e equivalências mal dadas e, portanto, classificações mal dadas.

Mais à frente aprofundarei a minha resposta.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia e os Srs. Deputados Fernando Cabral e Carlos Antunes.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia. Dispõe de 2 minutos.

O Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, também creio que seria importante realçar aqui a intervenção do Sr. Provedor de Justiça relativamente a esta matéria, até porque tem acompanhado essas queixas de uma forma muito próxima e tem permitido dar uma resposta muito concreta relativamente, por exemplo, às queixas que muitos pais formularam.

Por outro lado, há duas questões que coloquei em relação às quais gostava que, em próxima resposta, o Sr. Secretário de Estado pudesse ser um pouco mais concreto.

Em termos de reflexos punitivos para as escolas que estão em causa, o que é que se prevê em concreto? Por outro lado, que solução se está a pensar ser encontrada para a situação dos alunos que teriam entrado nos cursos que pretendiam e que ficaram preteridos e prejudicados por esses ingressos irregulares no ensino superior?

Gostava também de realçar a questão da passagem dos 16 para os 18 anos. O Sr. Secretário de Estado, provavelmente porque não teve tempo, não respondeu a esta questão, mas fá-lo-á, com certeza, na segunda parte da resposta. Gostava de perceber, exactamente, se o Ministério da Educação tem noção de quantos jovens poderão ficar prejudicados por esta medida, tomada por este Governo, por despacho normativo.

Nós, na Assembleia da República, já tivemos a oportunidade de receber cartas, manifestando a preocupação de várias escolas relativamente a esta questão, colocando casos concretos de números de alunos, jovens trabalhadores menores de 18 anos que ficam efectivamente prejudicados relativamente a esta matéria. E quando falamos de abandono e de insucesso escolar temos de dizer que estas medidas contribuem, de uma forma muito forte, para esse abandono e para esse insucesso. Gostava, pois, de saber, se o Governo pensa ou não voltar atrás nesta medida que tomou.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fernando Cabral, tem a palavra para pedir esclarecimentos adicionais. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fernando Cabral** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, penso que esta última intervenção da Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia veio colocar a questão no ponto que é fundamental para esta questão, que é o ponto relativo aos jovens que se situam entre os 16 e os 18 anos.

O sistema tinha uma determinada finalidade, de facto detectaram-se algumas situações menos correctas, mas não nos parece que, pelo motivo de existirem situações menos correctas, possa ser prejudicada a generalidade dos jovens que têm entre 16 e 18 anos. Portanto, torna-se necessário que o Governo perspetive este assunto e que rapidamente lhe dê uma solução.

O Sr. Secretário de Estado disse existir, neste momento, um grupo de trabalho independente que está a elaborar

propostas para que este problema possa vir a ser resolvido. Era importante também que soubéssemos qual o tempo que este grupo de trabalho tem para efectuar essas propostas para que este problema possa ser ultrapassado rapidamente e para que os jovens que hoje estão a ser claramente prejudicados possam também ter acesso a este sistema nas melhores condições possíveis.

Sr. Secretário de Estado, são estas as questões que eu gostaria de deixar à consideração de V. Ex.^a.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Antunes. Lembro-lhe também que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Carlos Antunes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em determinados momentos é fundamental saber dizer «não». Há, contudo, aqueles que não gostam de o fazer. Quando as posições não são claras, procuramos agir e decidir a contento de todos, correndo o risco de decidir a favor de alguns, prejudicando muitos.

É inquestionável o interesse do ensino recorrente pela oportunidade que ainda representa e representará para muitos jovens, mas nunca pelo expediente de alguns — como, aliás, aqui foi referido, pela Sr.^a Deputada de Os Verdes.

Porém, ainda hoje desconhecemos quais as motivações e os objectivos dos responsáveis pela situação criada e hoje aqui em análise. No entanto, damos como certo que, provavelmente, centenas de alunos foram indevidamente preteridos, provavelmente milhares de euros dispendidos por famílias na defesa dos seus educandos, que a instabilidade emocional e as expectativas de jovens e familiares foram comprometidas — isso foi também já aqui referido pelo Sr. Secretário de Estado, de forma humanista quanto ao tratamento que lhe merece — e que houve, o que não é menos grave, a descredibilização do próprio Estado.

O PSD várias vezes alertou para a defesa de uma política clara, transparente e justa quanto ao ensino recorrente.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, o que terá motivado — esta é a questão que se deve colocar — o Partido Socialista a não cumprir a lei de bases? O que terá conduzido o Partido Socialista à publicação de legislação contraditória? O que terá motivado o Partido Socialista a uma permissividade levada ao extremo e responsável por tão grande injustiça?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de concluir.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, os cidadãos têm de sentir confiança, tendo sido dados alguns passos nesse sentido. Será que, no futuro, iremos ter situações idênticas à ocorrida?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

Dispõe, no máximo, de 10 minutos, mas, de acordo com o princípio da proporcionalidade, agradecia que se contivesse em 6 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Educativa**: — Sr. Presidente, vou tentar conter-me em 6 minutos.

Se os Srs. Deputados me permitirem, irei responder globalmente a todas as perguntas, porque elas tocam o mes-

mo tema, começando por retomar o ponto onde há pouco fiquei por razões de tempo.

No que diz respeito aos processos relativos ao ensino recorrente, o Ministério da Educação, através deste grupo de trabalho independente, constituído por pessoas da Inspeção-Geral, da Procuradoria-Geral da República e da auditoria jurídica do Ministério, está a actuar a dois níveis. Em primeiro lugar, relativamente aos casos anteriores ao ingresso no ensino superior em 2002/2003, o Ministério da Educação interveio através de denúncias que deram origem a averiguações e a processos disciplinares que envolvem cerca de cento e poucos alunos.

Pelos dados estatísticos que há pouco referi, percebeu-se que este tipo de intervenção não podia continuar e que tínhamos, sobretudo, de ter uma intervenção preventiva. Daí a necessidade de, em 2002/2003, e porque toda esta fraude tem a ver exclusivamente com o ingresso no ensino superior, prevenir a situação de ingresso através de uma aferição genérica de todas as candidaturas bem sucedidas ao ensino superior através do ensino recorrente. Nessa medida, o despacho n.º 764/2002, do Ministro da Ciência e do Ensino Superior e do Ministro da Educação, dá uma resposta evidente àquilo que a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia perguntou, ou seja, o que é que acontece àqueles alunos que, preteridos, ficam sem poder entrar no ensino superior em função do acesso que a ele tiveram outros alunos que não deviam ter tido.

Sr.ª Deputada, a nossa ideia — e isso está expressamente dito no despacho — é a de que se reabram vagas no sentido de permitir fazer a justiça. É essa a orientação para onde estamos a caminhar. É evidente que em situações como esta a justiça não pode ser absoluta. Houve algum tempo que se perdeu, mas é melhor fazer a correcção, mesmo com algum atraso, do que não fazê-la.

Quero também dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que através desta intervenção — estão em averiguação quase 9000 candidaturas ao ensino superior, incluindo o público e o privado — estamos a detectar situações variadas relativamente aos alunos e posso adiantar-lhe que as consequências para os alunos serão umas e, inequivocamente, as consequências para as escolas, públicas ou privadas, serão outras. E, Sr.ª Deputada, deixe-me que lhe diga com toda a sinceridade, que não há razão para termos calma ou serenidade relativamente a essas intervenções nas escolas. Elas terão de ser punidas do ponto de vista disciplinar, de forma muito clara, com a independência que cada processo disciplinar tem de ter na averiguação das culpas, mas terá de haver punições e ter-se-á claramente de ponderar se algumas destas escolas merecem ou não continuar com o paralelismo pedagógico que neste momento têm. Veremos, ao certo, quais serão essas consequências.

Relativamente à conclusão do processo, há vários elementos que precisam de ser considerados. Tenho a convicção de que, durante o mês de Fevereiro de 2003, nomeadamente no que se refere ao ingresso no ensino superior público, estes processos estarão todos concluídos e teremos a possibilidade de anunciar exactamente aquilo que acontece aos alunos que ficaram preteridos.

Quanto aos passos seguintes que precisam de ser dados, diria, basicamente, que é fundamental que toda a legislação do ensino recorrente seja revista. Ela já começou a ser revista, porque, conforme compreendemos, deu origem a este tipo de deturpações. Mas, de imediato, vamos ter de avançar com a sistematização e a clarificação de todas as medidas anti-abuso e garantir também que, relati-

vamente aos próximos processos de ingresso no ensino superior, os alunos oriundos do ensino recorrente tenham de, por antecipação e não agora *a posteriori*, dar a conhecer, na sua candidatura, determinado tipo de elementos que garantam a fidedignidade desse ingresso.

Foi-me também colocada uma pergunta relativamente às causas desta situação. É muito difícil falar em causas para esta situação, porque elas são, de facto, muito complexas. Mas deixem-me que aponte duas causas básicas. Em primeiro lugar, nós sabemos que a Lei de Bases do Sistema Educativo refere — e é imperativa neste aspecto — que o acesso ao ensino recorrente é apenas para cidadãos portugueses com mais de 18 anos de idade. Porém, existe no Ministério da Educação uma prática, absolutamente perversa, de «deslegalização» normativa, ou seja, é comum no Ministério da Educação que matérias da maior relevância sejam tratadas não por actos normativos em sentido formal mas por despachos, circulares, etc.

Ora, foi esta anarquia normativa que se vive no Ministério da Educação, que tem de ser controlada e combatida, que deu origem a muitas dessas situações. E não tenhamos ilusões. Pelos números que eu apresentei à Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, é exactamente entre a franja dos 16 e dos 18 anos que se utiliza, de forma quase total, este mecanismo fraudatório. Ora, sendo entre os 16 e 18 anos, é óbvio que o mecanismo utilizado para defraudar foi exactamente a passagem de certificados a pessoas que, não trabalhando, passam a trabalhar do ponto de vista formal para efeitos de ensino recorrente.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — E os que trabalham?!

O Orador: — Deixe-me terminar. Falarei disso.

É óbvio, Srs. Deputados, que temos conhecimento de algumas situações absolutamente caricatas, como, por exemplo, as de pessoas que todos os dias têm de andar 200 Km para cima e para baixo...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, faça o favor de terminar.

O Orador: — Terminarei, Sr. Presidente.

... para poderem corresponder a esta situação.

Neste caso, o Governo tinha que tomar uma opção muito simples: ou estancava esta situação, coisa que teve de fazer, ou iria continuar a permitir esta permissividade.

Mas quero dizer-lhes o seguinte: não é para o Governo uma situação despicienda esta questão dos 16 aos 18 anos e no novo regime que estamos a preparar vamos acautelá-la, mas garantindo a necessária alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, porque, pura e simplesmente, não é possível, com a actual lei, acolher essa situação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Finda esta pergunta, agradeço a colaboração do Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa.

A segunda pergunta, relativa ao apoio ao desporto para deficientes e à respectiva Federação, irá ser formulada pelo Sr. Deputado Costa e Oliveira, do PSD, e será respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

Tem a palavra, Sr. Deputado Costa e Oliveira.

O Sr. Costa e Oliveira (PSD): — Sr. Presidente e Sr. Secretário de Estado, a problemática do desporto para

deficientes apresenta, em Portugal, um conjunto de indicadores que nos colocam muito aquém do que se verifica, por exemplo e em particular, na União Europeia. De facto, entre nós, como V. Ex.^a bem sabe, apenas 0,3% da população deficiente pratica desporto, o que julgo ser para nós confrangedor.

No entanto, apesar desta base tão débil, o movimento paraolímpico nacional exhibe resultados que eu considero verdadeiramente espectaculares a nível europeu e mesmo mundial.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Penso, e sei, que o Sr. Secretário de Estado comunga da minha linha de pensamento, a de que muito há a fazer nesta matéria, pelo que lhe pergunto: o que está o Governo disposto a fazer para que se aumentem os níveis de prática desportiva junto das populações e indivíduos portadores de deficiência? O que pensa o Governo das bolsas e prémios que estavam estipulados pelo anterior Executivo para apoio aos atletas deficientes? Pensa V. Ex.^a que podem verificar-se melhorias nesta matéria? O que pensa V. Ex.^a da possibilidade de criação a nível nacional, eventualmente junto do Instituto Nacional do Desporto, de uma rede de técnicos especializados nesta problemática do desporto para deficientes?

Perguntaria ainda a V. Ex.^a se está de acordo com a criação do comité paraolímpico de Portugal e, em caso afirmativo, se V. Ex.^a está disponível para trabalhar o assunto no quadro da revisão da Lei de Bases do Sistema Desportivo, motivando a constituição da necessária e desejável comissão instaladora.

Por fim, Sr. Secretário de Estado, qual o apoio possível, na óptica desportiva, nas celebrações do Ano Europeu para as Pessoas Portadoras de Deficiência?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos. Dispõe de um máximo de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos (Hermínio Loureiro): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de iniciar as respostas às perguntas que me foram feitas pelo Sr. Deputado Costa e Oliveira, gostava de fazer uma referência a si, Sr. Presidente João Bosco Mota Amaral, pelo apoio que tem dado à Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e pela sua participação em eventos por ela organizados. É um bom exemplo que não podia deixar de registar nesta Câmara.

Srs. Deputados e Sr. Deputado Costa e Oliveira, encontro-me hoje aqui para responder a esta questão com um misto de orgulho e de preocupação. De orgulho, pelo trabalho notável que tem vindo a ser desenvolvido pela Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, mas de preocupação porque comungo da sua apreensão quanto ao número reduzido de praticantes desportivos deficientes.

Portanto, temos à nossa frente muito trabalho para fazer, que é nosso e que é da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, mas não só, porque é também necessária a colaboração do sistema educativo. A própria escola tem de dar sinais para que os jovens portadores de deficiência tenham acesso à prática desportiva e condições para a sua prática. E aquilo que nós queremos é um pro-

cesso de desenvolvimento inclusivo, ou seja, que ninguém, absolutamente ninguém — estamos a trabalhar nesse sentido —, seja excluído da prática desportiva. E respondendo concretamente às suas questões, estamos a trabalhar em conjunto com os parceiros, com as federações e estamos a sensibilizar também muitos outros agentes para que este défice de prática seja rapidamente superado.

Respondendo concreta e objectivamente à questão que me colocou sobre as bolsas, quero dizer-lhe que para elas estão já garantidos junto da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, para o ano de 2003, aumentos substanciais. Posso até dizer-lhe, Sr. Deputado Costa e Oliveira, mesmo partindo de um orçamento de contenção, de muito rigor, e quando somos muitas vezes acusados de darmos pouca atenção às questões sociais, que no Orçamento do Estado para 2003 o aumento do apoio que prevemos para a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes é de 80%. Este é um esforço feito com muito rigor, sempre falando uma linguagem de verdade, até porque registámos também, por parte da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, uma grande vontade em colaborar connosco no propósito que temos de aumentar o número de praticantes desportivos e de fazê-lo dando-lhes melhores condições para o exercício da sua actividade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Costa e Oliveira, Laurentino Dias e Bruno Dias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa e Oliveira, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. Costa e Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, aproveito alguns segundos dos meus 2 minutos para juntar a minha voz à da do Sr. Secretário de Estado, como já fiz ontem neste hemicírculo, e enaltecer e agradecer todo o apoio que o nosso Ex.^{mo} Presidente tem dado a esta causa, prestigiando muito este movimento. Quero também assegurar-lhe, Sr. Presidente, que V. Ex.^a tem de dirigentes, atletas e familiares uma gratidão enorme por tudo o que tem feito e por tudo o que tem prestigiado.

Desejo também dizer ao Sr. Secretário de Estado que fico particularmente satisfeito com as suas palavras, porque sinto uma grande positividade no conjunto de medidas para as quais se disponibiliza, que me congratulo, em particular, com o aumento signífico das bolsas — por aquilo que vivo dia-a-dia junto dos atletas, sei que isso é algo que os vai deixar particularmente motivados — e que reconheço, de facto, que o esforço financeiro é muito grande num momento que penso não ser de grande disponibilidade.

Apenas lhe pediria, Sr. Secretário de Estado, se tivesse essa amabilidade, que me comentasse a problemática do comité paraolímpico. Como o Sr. Secretário de Estado sabe, Portugal é dos muito poucos países da União Europeia que não tem este comité paraolímpico, que daria, se me é permitida a expressão, uma arrumação administrativa e logística a todo o esforço que está a ser desenvolvido, que poderia ser instalado até este ciclo olímpico terminar — Atenas 2004 —, para que, em próximos ciclos olímpicos, pudéssemos já trabalhar em equiparação com o que fazem os outros países da União Europeia. É preciso não esquecer que a média da prática desportiva de atletas deficientes na União Europeia é superior a 20%, em Portugal é

de 0,3% e na Alemanha está acima dos 40%. Não duvido que este comité paraolímpico poderia dar uma ajuda decisiva em toda a estratégia que, sei, o Sr. Secretário de Estado tem delineada.

Peço-lhe, pois, que tenha a amabilidade de me comentar esta problemática do comité paraolímpico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para formular pedidos de esclarecimento adicionais, o Sr. Deputado Laurentino Dias, que dispõe também de 2 minutos.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Costa e Oliveira (que trouxe, ontem e hoje, o tema para discussão na Assembleia), permita-me que lhe diga que só por bondade de V. Ex.^a é que se mostrou satisfeito com as respostas do Sr. Secretário de Estado. Só por muita bondade de V. Ex.^a,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... porque, apesar de ter colocado perguntas muito concretas, as respostas foram de teoria geral sobre aquilo que pensamos poder vir a fazer nesta matéria.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Já lá vamos!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, registo, de qualquer forma, um pormenor, que não é, de todo, insignificante: V. Ex.^a não se queixou da herança pesada do governo socialista.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Já lá vamos!

O Orador: — Não se queixou, porque teve uma boa herança. Quer na área do desporto, quer na área do apoio e da segurança social, os últimos seis anos foram de evolução naquilo que significa a nossa obrigação de apoiar o desporto para deficientes, designadamente o desporto de alta competição para os deficientes.

No entanto, é bem verdade que algumas das questões que o Sr. Deputado Costa e Oliveira colocou não são respondíveis de um dia para outro, e a bondade das suas respostas, embora evasivas e muito genéricas, permitem supor que está, de facto, interessado em encontrar soluções para as questões que lhe foram colocadas.

Bom seria que as encontrasse — e pergunto se está disposto a isso — naquilo que V. Ex.^a e o Ministro da tutela pretendem que seja a revisão do sistema jurídico desportivo, do sistema legislativo de apoio às diversas áreas da prática desportiva, nomeadamente a esta, que é muito desprovida de protecção em determinados sectores, olhando não apenas para aquilo que é a alta competição para deficientes, mas, antes de mais, para o que significa a possibilidade e o favorecimento da prática desportiva por aqueles que são nossos concidadãos portadores de deficiência.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de terminar.

O Orador: — Termina de imediato. Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostaria nos dissesse algo sobre isso e que contasse com o total consenso desta Câmara

ra no sentido de encontrarmos, em conjunto, as melhores soluções legislativas para esta questão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, que dispõe também de 2 minutos.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, mais uma vez, o que está em causa é a importância que, efectivamente, atribuímos a uma prática desportiva alargada e democratizada, no plano geral das políticas para o desporto, mas também e particularmente no desporto para deficientes.

É essencial que o País trate com dignidade e com respeito os atletas paraolímpicos e de alta competição, que incentive e que acarinhe a sua dedicação, que sejam criadas as condições para viabilizar e garantir a sua preparação desportiva.

Contudo, também não podemos ignorar que a prática desportiva dos cidadãos portadores de deficiência tem uma importância própria, uma importância indelével, que não deixaria de ter mesmo se os atletas paraolímpicos não obtivessem os notáveis resultados que têm obtido. É que, nesta vertente, estamos perante o desporto como factor para a integração social das pessoas portadoras de deficiência, o que só vem tornar ainda mais relevante a dimensão social desta matéria.

É por isso que, sendo consensual falarmos em programas de inclusão, em mobilidade e em acessibilidade, não podemos deixar de considerar insuficiente e ineficaz a opção assumida no plano da prática e do desenvolvimento desportivo — que é essencial alargar para ultrapassarmos a tal constrangedora taxa de 0,3% de desportistas na população com deficiência.

Tal como acontece no desporto em geral, também neste caso concreto esta vertente fundamental está a passar para segundo plano. Dos cerca de 408 000€ (mais ou menos 81 000 contos), que os contratos-programa apontarão para este ano, a fatia maior, pelos vistos, está dedicada à alta competição, aos eventos internacionais, aos jogos olímpicos. Para a prática e desenvolvimento desportivo estão reservados 35% daquela verba, muito abaixo do que seria minimamente necessário, menos de um quinto da previsão orçamental do movimento desportivo nesta área.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, Sr. Secretário de Estado, esta perspectiva que nos traz, em matéria de prática desportiva no seio dos cidadãos portadores de deficiência, não permite a expressão de grandes optimismos.

O Sr. Presidente: — O seu tempo esgotou-se, Sr. Deputado. Tem de concluir.

O Orador: — Vou terminar. Sr. Presidente, dizendo que é por isso que também nesta discussão as opções políticas são relevantes e traduzem-se no concreto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos. Agradecia que contivesse a sua resposta dentro de 6 minutos.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Sr. Presidente, espero conseguir responder a todas as perguntas em 6 minutos, porque, senão, posso ser acusado pelo Sr. Deputado Laurentino Dias de dar respostas evasivas, quando quero dar respostas concretas e objectivas.

Por isso, Sr. Deputado Laurentino Dias, vou responder-lhe com números, que não lhe permitem, depois, esses comentários de que eu fujo às responsabilidades.

Antes de mais, quero registar o consenso que existe nesta Câmara em torno desta matéria, que é extremamente importante. Obviamente que não esperava outra reacção a não ser essa.

Respondendo ao Sr. Deputado Laurentino Dias e também ao Sr. Deputado Bruno Dias, quero dizer que, para 2003, foi proposto à Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, só pelo Instituto Nacional do Desporto, 508 500€. Portanto, estamos perante um aumento significativo relativamente ao ano de 2002.

Este aumento significativo verifica-se ainda porque, como sabem, no dia 16 de Dezembro de 2002 foi assinado um protocolo entre a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e uma grande empresa que não tenho nenhum problema em dizer aqui o nome, que é a Galp Energia, e também com o contributo da Fundação Luís Figo. A assinatura desse protocolo (que teve a presença do Sr. Primeiro-Ministro) faz com que a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, que teve mais de 75 000€ em 2002, tenha estes mesmos 75 000€ em 2003.

Portanto, há aqui também a procura de financiamentos alternativos e complementares para melhorarmos sempre aquilo que os Srs. Deputados hoje, todos sem excepção, manifestaram: dar melhores condições para o exercício da prática desportiva e aumentarmos a prática desportiva. Isso é importante.

Conforme referi no início, estamos a preparar um programa de inclusão, no qual a Federação não pode trabalhar sozinha; a própria escola tem um papel e um contributo decisivo nessa matéria.

Relativamente à alta competição, estamos a fazer um esforço muito grande para os jogos paraolímpicos de 2004. Mas não é só: a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes tem uma campanha, que é o «projecto super atleta 2004», que percorreu todo o País à procura do contributo e da ajuda das associações empresariais, das associações industriais, do nosso tecido produtivo.

Quanto ao enquadramento técnico, estamos a dar também mais recursos financeiros à própria Federação para conseguir recrutar ainda melhores técnicos e dar-lhes mais formação. O mesmo se verifica quanto aos recursos humanos.

Relativamente aos eventos desportivos internacionais, vamos apoiar o campeonato da Europa de futebol, que se realiza no distrito de Aveiro, e o campeonato da Europa de corta-mato, que se vai realizar no Algarve. Estamos também a fazer um esforço significativo de cooperação bilateral no sentido de os nossos atletas terem contactos com outros países, nomeadamente países de língua portuguesa. É importante reforçar esta cooperação.

No âmbito das infra-estruturas desportivas, nada é aprovado pelo Instituto Nacional do Desporto que não responda à quebra de barreiras arquitectónicas, que infelizmente ainda existem no nosso país. Neste sentido, no sector desportivo não se financia nenhum projecto que não corresponda a estas exigências, tendo sempre — no que diz respeito aos balneários, aos acessos, às casas de banho — a

preocupação de fazer com que mais deficientes pratiquem desporto e que mais deficientes possam assistir aos espetáculos desportivos.

No que diz respeito à reforma do sistema legislativo e respondendo directamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Costa e Oliveira, relativamente à constituição do comité paraolímpico, temos não só de constituir o comité paraolímpico, mas de aproveitar esta reforma do sistema legislativo para corrigir muita da legislação que existe neste momento no nosso país, na qual não está prevista esta problemática dos cidadãos portadores de deficiência. Nesse sentido, já pedi a colaboração da Assembleia da República para podermos corrigir aquilo que está menos bem e para podermos também ser inovadores — e vamos, com certeza, sê-lo, relativamente a esta matéria.

Portanto, julgo que esta questão do comité paraolímpico deverá estar em cima da mesa nesta reforma do sistema legislativo, pelo que tenho total disponibilidade para, em conjunto com os Srs. Deputados e em conjunto com a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, encontrarmos as melhores soluções.

Contudo, gostava de salientar aqui uma questão muito importante: muitas vezes, as pessoas resignam-se aos apoios, aos poucos recursos e ficam desanimadas. No entanto, nunca encontrei esta atitude na Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes. Perante um obstáculo, perante uma adversidade, perante uma dificuldade, a Federação queria e conseguia ultrapassá-la. E foi isso que fez: foi a conquista do País, sensibilizando os nossos empresários, sensibilizando figuras da nossa vida pública e social para que todos dêem maior notoriedade e proporcionem mais apoios para esta causa, que é uma causa muito justa. Porque, em relação à Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, (e esta é uma referência que gostava de deixar) não nos podemos só lembrar daqueles jovens que conseguem as medalhas quando eles chegam aos aeroportos cheios de medalhas ao peito, como aconteceu quando chegaram de Atlanta ou de Sydney; temos de lhes dar melhores condições para que possam, evidentemente, chegar com muitas medalhas, mas para que ainda consigam obter mais. Esse é o nosso objectivo.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Muitas vezes, nos contactos que tenho mantido — e que têm sido muitos — com a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, dizem-me que precisam do nosso apoio, ao que tenho respondido que não precisam do nosso apoio mas, antes, que o merecem!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Melhorou, Sr. Secretário de Estado!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à terceira pergunta, relativa ao quartel da GNR em Figueira de Cavaleiros (Ferreira do Alentejo), que vai ser formulada pelo Sr. Deputado Luís Miranda e respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Miranda, que dispõe de 3 minutos.

O **Sr. Luís Miranda (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, trago hoje, aqui, uma questão relacionada com a entrada em funcionamento de um posto da GNR em Figueira de Cavaleiros.

Falar de segurança, especialmente de segurança em espaço rural, embora em zonas de fraca densidade populacional, é hoje cada vez mais importante. Os índices de criminalidade nestas zonas têm vindo a aumentar significativamente.

O distrito de Beja tem vindo, nos últimos tempos, a perder os seus efectivos. Nos últimos 21 meses, 72 efectivos da GNR e das forças policiais deixaram o serviço.

Ferreira do Alentejo, o concelho em que se insere Figueira de Cavaleiros, tem 585 km² e 8800 habitantes.

Até 1994, Ferreira do Alentejo dispunha de um destacamento policial com 15 polícias e 32 guardas; hoje em dia, dispõe apenas de 23 homens para patrulhar um concelho inteiro.

É uma velha aspiração do concelho de Ferreira do Alentejo e da freguesia de Figueira de Cavaleiros a construção de um novo quartel da GNR. A câmara comprou o terreno, disponibilizou-o e o processo iniciou-se. Um trágico acontecimento, em 8 de Abril de 1998, veio acelerar o processo e foi tomada a decisão de construção do quartel da GNR.

O quartel foi construído, está pronto, os homens destinados a esse quartel já estiveram estacionados no quartel de Ferreira do Alentejo — 1 sargento, 1 cabo e 10 soldados —, mas, neste momento, já não se encontram em Ferreira do Alentejo.

O **Sr. Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se, pelo que tem de concluir.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente**: — Mas faça o favor de concluir depressa, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Aquilo que quero perguntar ao Sr. Secretário de Estado é quando será possível dar uma resposta efectiva às populações de Figueira de Cavaleiros, evitando os insultos que foram feitos quando se disse que o quartel da GNR de Figueira de Cavaleiros era um luxo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Sr. Presidente**: — Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

O **Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna (Luís Pais de Sousa)**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Miranda, começo por agradecer a pergunta que me fez.

Trata-se de um problema que, no fundo, se traduz numa questão de responsabilidade política. Por razões de tempo, deixarei para o final a matéria de facto e serei sumário nesta primeira abordagem da questão.

É, de facto, possível dar resposta às necessidades de segurança do concelho de Ferreira do Alentejo e do distrito de Beja a partir do próprio posto que já existe em Ferreira do Alentejo.

Em 1997, o GEPI e também o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana disseram, e escreveram — tenho aqui documentos —, que não era necessário o posto territorial de Figueira de Cavaleiros. Depois disso, por razões que poderemos aprofundar, um antecessor meu, um secretário de Estado veio dizer, e despachar, que, com base em compromisso público, se deveria, efectivamente, dar início ao processo de projecto e construção do posto territorial em causa. Mais tarde veio a perceber-se que havia outras prioridades, mas a obra foi executada e, hoje, o que é facto é que, em vez de se ter reforçado o dispositivo em Ferreira do Alentejo, temos uma construção física que não era necessária porque os problemas de segurança no concelho — e temos dados que não são inquietantes, porque os dados de criminalidade do distrito de Beja são relativamente baixos, se confrontados com o quadro nacional — poderiam ser assegurados a partir do princípio da mobilidade das forças de segurança e, desde logo, da GNR, que está, neste momento, sedeadada em Ferreira do Alentejo.

Trata-se de um problema de responsabilidade política e penso que o fundamental é perceber que as decisões políticas têm de ser fundamentadas, têm de ser tomadas e instruídas com base, neste caso concreto, nas necessidades reais. E o facto é que não havia, efectivamente, necessidade de construir aquele posto, pelo que foi um verdadeiro desperdício. Aliás, temos, neste momento, no País mais casos de instalações físicas que foram executadas do mesmo modo, quando há carências enormes ao nível da GNR. Por exemplo, ainda há dias, há cerca de três semanas, em Vila do Bispo, tive oportunidade de visitar uma instalação que, de facto, é degradante e cujo problema tem de ser resolvido.

Entretanto, este posto foi construído e a Guarda Nacional Republicana não o quer assumir, porque entende que não é necessário.

Na intervenção final que farei, terei oportunidade de ler documentação que deveria ter sido levada em conta antes de ter sido assumida a decisão política de mandar construir este posto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O **Sr. Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, estão inscritos os Srs. Deputados Luís Miranda, Rodeia Machado e Miguel Raimundo.

Tem a palavra, por ordem de inscrição, o Sr. Deputado Luís Miranda, dispondo, agora, apenas de 2 minutos.

O **Sr. Luís Miranda (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, agradeço os seus esclarecimentos, que, com certeza, não satisfarão as populações de Figueira de Cavaleiros.

Não está em causa saber se há ou não outras prioridades, o que importa saber aqui é se, dispondo de uma infra-estrutura que custou dinheiro ao País e que terá forçosamente de ser utilizada em Figueira de Cavaleiros e não noutra qualquer localização e tendo em atenção a reestruturação que está em curso na GNR do distrito de Beja, isto deverá ser tido em conta.

A população de Figueira de Cavaleiros irá, com certeza, sofrer um aumento significativo, devido ao facto de se encontrar na zona crucial dos perímetros de rega do Alqueva, com a deslocação de populações de outras regiões e até, provavelmente, de imigrantes, pelo que, antes de as coisas acontecerem, é preciso prevenir.

Acresce que penso que será de toda a justiça dar uma palavra de conforto e de consolo à população de Figueira de Cavaleiros, relativamente aos anseios que sempre demonstraram, e ter em conta que o posto de Figueira de Cavaleiros servirá não só esta freguesia mas também as freguesias de Odivelas e Canhestros, correspondendo, sensivelmente, a metade do concelho de Ferreira do Alentejo.

As expectativas que se criam nas populações não podem ser defraudadas. O Estado tem de honrar os seus compromissos,...

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... pelo que as responsabilidades assumidas pelo antecessor de V. Ex.^a devem ser por si honradas, porque se trata da honra do Estado e da...

O Sr. Presidente: — O tempo de que dispunha esgotou-se, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado, dispondo, igualmente, de 2 minutos.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, levo aquilo que V. Ex.^a aqui disse à conta, talvez, de um fraco conhecimento da situação.

Dir-lhe-ei que o posto da GNR de Figueira de Cavaleiros, construído, foi objecto, naturalmente, de uma justa aspiração da população, mas foram aprovadas nesta Assembleia da República as verbas correspondentes à sua efectivação. Portanto, tratou-se de dar vazão àquilo que foi aqui aprovado, por proposta também do meu grupo parlamentar.

A situação clara e objectiva é a seguinte: Ferreira do Alentejo tinha um posto da Polícia de Segurança Pública que terminou, o qual assumia a segurança das áreas urbanas, ficando a GNR com as áreas rurais. Com o terminar da PSP em Ferreira do Alentejo, era crível que se aumentasse o contingente da GNR, mas ele diminuiu de 32 para 22 homens.

Por outro lado, tendo em conta a dimensão e o espaço do concelho, era mais do que natural e lógico que se fizesse o quartel em Figueira de Cavaleiros.

Por outro lado ainda, fazer isso é honrar, acima de tudo, um compromisso do Estado, que não deste Governo mas do anterior, em que, efectivamente, a protecção e a segurança às populações têm de ser levadas em conta.

Portanto, creio que V. Ex.^a, em nome do seu Governo, terá de fazer um esforço acrescido e dotar o posto de Figueira de Cavaleiros de gente, de capacidade de intervenção, com pessoal nomeado e efectivamente colocado, para que, de facto, se consiga dar segurança àquela população rural.

É um vasto território, Sr. Secretário de Estado, pelo que apelo, naturalmente, ao bom senso do Governo, e de V. Ex.^a em particular, para que se dote Figueira de Cavaleiros de pessoal em condições de assumir a segurança das populações.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Raimundo, dispondo também de 2 minutos.

O Sr. Miguel Raimundo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, em primeiro lugar, permito-me referir que, não obstante o meu círculo eleitoral ser o de Évora e a situação em apreço se relacionar com Ferreira do Alentejo, logo, com o distrito de Beja, para mim, é sempre extremamente gratificante debater assuntos que se prendam com o meu Alentejo.

Por isso, Sr. Secretário de Estado, as questões que, directa e objectivamente, lhe pretendo colocar são as seguintes: qual a posição — e V. Ex.^a já se referiu a isso, mas peço-lhe que o precise — sempre manifestada pelo Comando Geral da GNR, ao longo do processo referente à abertura do posto de Figueira de Cavaleiros? Foi favorável ou desfavorável? Qual o índice de criminalidade no local em questão? Pelo menos, sabe se é ou não elevado? Quantos quilómetros dista Figueira de Cavaleiros do posto mais próximo?

Protestos do Deputado do PCP Rodeia Machado.

Peço-lhe ainda que tenha a amabilidade de se referir ao seguinte: se conjugarmos os factores geográfico, populacional e de criminalidade existente, os custos inerentes à manutenção do posto da GNR justificar-se-ão? Quanto foi gasto ao erário público, pelo anterior governo, com a construção de tal estrutura? Se se vier a julgar necessária a existência de tal posto da GNR, estará V. Ex.^a na disposição de rever a posição aqui assumida?

Por último, Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que tenha a amabilidade de nos dizer se, em vossa opinião, se tratou ou não de uma obra perfeitamente injustificada, apenas útil aos olhos de «alguém»...!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, a quem peço que se contenha no tempo máximo de 6 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, terei agora oportunidade de relatar a matéria de facto e tudo o que antecedeu a decisão política que deu lugar à construção do posto territorial de Figueira de Cavaleiros.

Por alturas de 1997, concretamente em Fevereiro de 1997, houve um ofício do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna, onde se refere o seguinte: «Os serviços competentes do Comando Geral da Guarda, através do Comandante Geral, informam que a construção do quartel de Figueira de Cavaleiros não está na lista de prioridades, no que concerne à edificação de novas instalações».

Depois disso, já em finais de 1997, rigorosamente em 29 de Setembro de 1997, há uma carta que posso, e devo, deixar aos Srs. Deputados, onde se refere não haver interesse da Guarda naquela instalação e que, em tempo oportuno, tal havia sido referido pela chefia do Serviço de Obras da Guarda, dizendo-se ainda que não existia qualquer posto naquela localidade, não estando criado nem se prevendo a formulação de qualquer proposta nesse sentido.

Em 1998, um secretário de Estado emite um despacho, no sentido de o Sr. Director do GEPI dar início a este processo, já que existia compromisso público que deveria

ser respeitado. Portanto, entre 1997 e 1998, terá ocorrido uma visita do secretário de Estado ao concelho, a qual terá levado, alegadamente, a este despacho.

O que é que sucede? Sucedem que estamos perante a situação de a Guarda Nacional Republicana entender que não é necessário e, por isso, não deve ocupar este posto territorial e que bastará reforçar e assegurar o dispositivo existente na sede do concelho, ou seja, em Ferreira do Alentejo.

Portanto, para além dos problemas que são conhecidos desta Câmara, do ponto de vista do dispositivo nacional, que se encontra, neste momento, a ser revisto, pelo Gabinete Coordenador de Segurança do Ministério, importa, efectivamente, assegurar e acautelar que Ferreira do Alentejo — o concelho —, incluindo Figueira de Cavaleiros, não terá problemas de segurança. Aliás, do ponto de vista dos princípios, é inequívoco que a segurança é uma função essencial do Estado, mas, neste caso concreto, não há problemas nem índices de criminalidade — e tenho-os aqui, ao dispor dos Srs. Deputados — que sejam, sequer, inquietantes ou relevantes.

O Governo, naturalmente, terá de ter em atenção e terá de fazer uma leitura coerente do todo nacional, pelo que este problema tem de ser visto a essa luz.

Fui também questionado sobre a posição do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana. A Guarda Nacional Republicana foi sempre contra a construção desta instalação. É claro que, mesmo assim, ela teve lugar e agora estamos nesta situação: a Guarda não quer ocupar o posto de Figueira de Cavaleiros e entende que basta assegurar Ferreira do Alentejo, com base nos índices de criminalidade já referidos.

Quanto à obra ser justificada ou injustificada, penso que resulta da documentação que já referi e daquilo que já pude aqui dizer que, efectivamente, se tratou de uma obra desnecessária, não prioritária, que criou mais um problema que agora terá de ser resolvido.

Quero assegurar a esta Câmara que, se houver alteração de circunstâncias, o Governo estará atento e terá de encontrar soluções. Para já, deverá ser revista a situação deste edifício e, eventualmente, a Direcção-Geral do Património terá de encontrar uma solução, admitindo-se que seja possível definir um interesse público que não aquele para que foi construído.

Quero terminar esta intervenção lendo alguns extractos de um relatório da IGAI, de 2001, portanto, no tempo do governo anterior.

Acerca do posto de Ferreira do Alentejo, o relatório diz que «O edifício do posto, propriedade da câmara municipal, encontra-se em razoáveis condições gerais de funcionamento, alberga um efectivo de 30 militares e carece de uma intervenção ao nível dos telhados».

Acerca do posto de Figueira dos Cavaleiros, diz-se, no relatório da IGAI: «Trata-se de um posto situado numa pequena aldeia, no concelho de Ferreira do Alentejo, a 12 km desta localidade, com uma população de cerca de 300 habitantes...»

O Sr. Luís Miranda (PS): — O quê?!

O Orador: — «(...) A Guarda foi surpreendida recentemente com o início da construção, a cargo do GEPI, de um imóvel para a instalação de um novo posto. Nunca esteve previsto pela GNR um quartel naquela localidade

nem sequer a Guarda dispõe de efectivos para guarnecê-lo. Não existem preocupações de ordem operacional na zona, sendo o policiamento garantido pelo posto de Ferreira do Alentejo». Como disse, isto consta do relatório da IGAI que queria deixar aos Srs. Deputados.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, trata-se de um problema de responsabilidade política. Seria bom, para bem da nossa democracia, que a responsabilidade política fosse levada até ao fim e que aqueles que tomaram decisões com base em documentação desta fossem, depois, julgados, quanto mais não seja pela História.

É importante que a questão da responsabilidade política venha para cima da mesa e seja levada até ao fim.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Luís Miranda (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Luís Miranda (PS): — É só para fazer uma correcção, se o Sr. Presidente permitir.

O Sr. Presidente: — Que espécie de correcção, Sr. Deputado?

O Sr. Luís Miranda (PS): — É que o Sr. Secretário de Estado disse que, de acordo com o relatório que citou, Figueira de Cavaleiros tem 300 habitantes, o que é um número perfeitamente incorrecto, já que, segundo dados estatísticos, a freguesia de Figueira de Cavaleiros tem 1582 habitantes.

O Sr. Presidente: — Está, pois, dado o esclarecimento.

Srs. Deputados, passamos à próxima pergunta, sobre as perspectivas do aeroporto de Beja, a qual é dirigida ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, o Partido Social-Democrata coloca a questão sobre as perspectivas do aeroporto de Beja na sequência de uma visita ao distrito de Beja efectuada pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Durante essa visita foi possível conhecer com algum detalhe este projecto e as expectativas que a empresa tem acerca desta oportunidade para o Alentejo, tendo ainda sido possível discutir também um conjunto de outros projectos relativos ao Alentejo, desde a questão do porto de Sines à melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias na região.

Sr. Secretário de Estado, a questão do aeroporto de Beja, tal como nos foi apresentada, ainda tem algumas interrogações, sobretudo acerca das suas potencialidades concretas, embora não em termos de expectativas que podem ser muitas. Seguramente, trata-se de um investimento necessário e útil ao Alentejo mas, como também é reconhecido pela própria empresa, há que definir melhor o objecto da construção do novo aeroporto de Beja.

Tem-se falado que servirá como terminal de carga aérea, que dará alguma resposta à procura a nível de passageiros; tem-se falado, também, na utilização deste aeroporto como um potencial pólo de manutenção de aeronaves e, ainda, para fins de formação.

Seguramente servirá para tudo isto além de que a sua localização é excepcional — céu aberto durante praticamente todo o ano, o que permite a pela utilização de uma infra-estrutura existente que, embora de cariz militar, também algumas instalações civis. A própria empresa prevê que as obras arranquem durante o primeiro semestre de 2003.

Sr. Secretário de Estado, estas obras vão poder dar resposta a uma necessidade, mas, sobretudo, têm de constituir uma oportunidade para o Alentejo e também para o País.

Assim, ao questionarmos o Governo, queríamos conhecer com mais detalhe as expectativas do Governo quanto ao papel que este aeroporto pode ter para a região e para o País a nível da capacidade de resposta e das potencialidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas para responder num máximo de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, devo confessar-lhe que, em minha opinião, este projecto, que se concretiza na utilização por aeronaves civis da pista da Base Aérea n.º 11, não começou bem.

Não começou bem, desde logo, porque deitou-se mão a um conjunto de trabalhos sem fazer uma avaliação prévia, isto é, sem determinar com exactidão a capacidade de carga daquela pista.

Se me permitem uma expressão popular, quando assumimos funções, o projecto estava um pouco sob aquele modelo de «o carro à frente dos bois». O que o Governo fez foi solicitar ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) que determinasse com muita precisão a capacidade de carga da pista para que não nos entusiasmássemos com aterragens e descolagens de aviões de muito grande porte e, eventualmente, não se passasse além da primeira aterragem devido à destruição da pista.

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil terminou os ensaios de campo e está agora a interpretar e a analisar os resultados colhidos. No entanto, já temos resultados provisórios que nos dizem que a pista pode ser utilizada por aviões civis de médio porte, mas não por aviões de grande porte e muito menos por aviões de grande porte que transportem apenas carga.

Se não tivéssemos tomado esta iniciativa — e devo confessar que não sei por que não foi feito antes, já que este estudo é elementar —, porventura, ter-nos-íamos candidato a uma grande frustração com a eventual destruição da pista da Base Aérea n.º 11.

Uma vez que já esgotei o tempo de que dispunha, complementarei a minha resposta mais adiante, perante as perguntas adicionais que os Srs. Deputados certamente me colocarão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a informação que nos deu é, de facto, nova, embora esta questão já tivesse sido colocada.

Aliás, na visita que referi que fizemos a Beja e à base aérea e na conversa que tivemos com o presidente da empresa, perguntámos precisamente como é que pode haver um plano de infra-estruturas sem haver a certeza de qual a capacidade da própria pista.

No fundo, tal como referi, há possibilidade para muita coisa, mas a resposta que pode ser dada pela pista da base aérea passa por um conjunto de premissas que não estavam confirmadas.

Ora, esta é, manifestamente, uma premissa que implica uma melhor definição de todo o projecto do aeroporto de Beja e implica, desde logo, que não é uma solução a sua utilização por aeronaves de grande porte, quer de carga quer de passageiros.

Sr. Secretário de Estado, uma vez que também está em causa a utilização de fundos públicos, esta situação exige, por parte do Governo, das autarquias envolvidas e da empresa, uma melhor focagem de todo projecto, ou seja, é preciso saber exactamente a que é que vai dar resposta o aeroporto de Beja.

Merecem os alentejanos, merece o País que este investimento não seja mais uma quimera ou uma oportunidade perdida.

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, com a visita da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a pedido do Grupo Parlamentar do PCP, já tínhamos percebido que a oportunidade de utilização do aeroporto de Beja é muito importante.

Verificamos agora que há algumas «areias» na engrenagem precipitadamente montada sobre esta matéria, uma das quais é a suscitada pela intervenção do LNEC. Aguardemos, então, os trabalhos de campo que foram realizados até Dezembro do ano passado; esperemos, pois, pelas conclusões finais dos estudos realizados pelo LNEC.

No entanto, Sr. Secretário de Estado, sinceramente, não acreditamos que esse seja o motivo principal para não se avançar com a utilização da base aérea de Beja para fins civis. Certamente haverá outros motivos que não esse... Nem V. Ex.ª nem ninguém me convence com esse argumento do LNEC.

É que o Governo bem sabe que, segundo o relatório feito pela própria administração da empresa, basta aterram três aviões por dia para ser rentável o investimento em termos da utilização civil da base aérea de Beja.

Estamos a falar num investimento de apenas 15 milhões de euros e mais 7,5 milhões de euros, *a posteriori*, para o aproveitamento de uma pista que é a melhor do País. Então, se aquela pista não tem capacidade para a aterragem de aviões de carga, qual é a pista do País onde podem aterrar? Nenhuma, certamente!

Sr. Secretário de Estado, gostaria que, de uma vez por todas, V. Ex.ª dissesse à Câmara e ao País se é ou não intenção do Governo levar por diante este projecto.

É que uma coisa são as palavras bonitas relativamente à necessidade de desenvolvimento do Alentejo e outra é a falta de vontade política, deste e de outros governos, para levarem por diante a abertura do aeroporto de Beja para fins civis. Essa é que é uma realidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Miranda.

O Sr. **Luís Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, tal como já referiu o Deputado Rodeia Machado, é para mim uma novidade o que veio afirmar hoje. O Sr. Secretário de Estado veio fazer afirmações e tirou conclusões com base em dados preliminares.

Na verdade, o que é conhecido, e sempre foi conhecido, é que o LCN da pista de Beja é 90 enquanto em todas as outras pistas dos aeroportos nacionais o LCN é 60. A pista de Beja tem, pois, um LCN uma vez e meia superior ao de todas as outras pistas.

Repito que o que acabo de dizer são dados conhecidos e penso que não podem ser postos em causa por ensaios preliminares.

A serem correctos os resultados preliminares que referiu, é evidente que todo projecto do aeroporto de Beja ficará posto em causa, porque ele assenta fundamentalmente na movimentação de carga aérea.

Tenho receio é que esses ensaios sejam uma «vírgula» no processo, porque todos sabemos que há forças e interesses que não estão de acordo com a utilização da Base Aérea de Beja como aeroporto civil. E é preciso que o Governo diga claramente se está empenhado nessa utilização e se fará com que essa utilização vá para a frente, para corresponder aos anseios de desenvolvimento daquela região e constituir, com o Alqueva e o porto de Sines, um triângulo de desenvolvimento e uma alavanca fundamental para o distrito de Beja.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a **Isabel Gonçalves** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, o aeroporto de Beja é uma obra importante para todo o Alentejo. A intenção principal deste projecto é permitir que a aviação civil passe também a utilizar a pista principal da Base Aérea de Beja, no âmbito do futuro aeroporto internacional de carga que ali deverá surgir.

Este complexo e o futuro aeroporto internacional de Beja terão um papel relevante no desenvolvimento económico, social e turístico desta zona do País.

No entanto, é indispensável termos a real noção da capacidade de utilização da pista da Base Aérea de Beja. Foi-nos já aqui informado pelo Sr. Secretário de Estado que o LNEC foi chamado a intervir para se determinar, com exactidão, a frequência de voos e a carga máxima que esta pista pode receber, bem como a localização mais adequada para a futura placa de estacionamento das aeronaves para a componente civil e toda a estrutura que lhe está associada.

É importante também, no que diz respeito a este projecto, passar da teoria à prática. Por isso, Sr. Secretário de Estado, o que gostaríamos de lhe perguntar é se — e disse-nos aqui que já há resultados provisórios — já estão concluídos todos os estudos preliminares referentes à possibilidade de utilização por parte da aviação civil da Base Aérea de Beja, em que situação de desenvolvimento se encontra o projecto e, finalmente, se já está definido se a Base Aérea de Beja vai ser, ou não, alvo de remodelações.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, já foram aqui amplamente destacados os eixos estruturantes que, para o Alentejo e para o País, constituem o porto de Sines, o Alqueva e o aeroporto de Beja.

Mas estes eixos estruturantes só serão completamente potenciados se, desde logo, tivermos acessibilidades em perfeitas condições que permitam escoar produtos e fazer a circulação de pessoas,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Por exemplo, o IP8!

O **Orador**: — ... neste caso, o movimento de tráfego que se prevê e o aumento de carga na ligação Espanha/Sines, o movimento de pessoas e de carga provocado por indústrias que vão instalar-se na região e o movimento de viaturas transportando todo o tipo de combustíveis que vão abastecer aquela região, nomeadamente o porto de Sines e mesmo o aeroporto de Beja, inclusivamente na sua área militar.

Resolvido o problema do IC33, obra adiada, mas que, finalmente, desde 6 de Janeiro, está no terreno, permitindo a beneficiação do troço que vai de Santiago do Cacém a Grândola — obra, finalmente, visível, neste momento — questiona-se, agora, o IP8 e a ferrovia.

De acordo com o perspectivado por técnicos quer do IEP quer da REFER, prevê-se, em relação ao IP8, que tanto a sua beneficiação como, muitas vezes, a construção de algum troço que neste momento não existe estejam concluídos no final do Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). Estamos a falar de 2006, pelo que, com o pagamento que ainda é permitido em 2007, a obra poderia estar concluída, na sua ligação Sines/Espanha, precisamente nesse ano de 2007. O mesmo se aplica em relação à ferrovia, ou seja, a ligação ferroviária Sines/Espanha poderá estar concluída nesse mesmo período.

Gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos desse aqui algumas informações adicionais relativamente a estas duas obras estruturantes, que, desde logo, vão ajudar a potenciar o aeroporto de Beja.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas. Sr. Secretário de Estado, dispõe de um máximo de 10 minutos, mas, se não os gastar, será premiado.

Tem a palavra.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, relativamente a aeronaves e a pistas de aviação, há dois parâmetros: um, para as pistas, o PCN, que, traduzindo para português, é o número de classificação do pavimento, e outro, para as aeronaves, o ACN, que é o número de classificação das aeronaves. Com base nisso, e para, espero, não voltar a ouvir dizer aqui nesta Câmara que eu tinha dito que não podiam aterrar aviões de carga na pista de Beja, agradeço que os Srs. Deputados fizessem o favor de tomar nota que, de acordo com os dados provisórios do LNEC, podem aterrar na pista de Beja e descolar dela aviões como, por exemplo, o Boeing 737-200, o Airbus

A320-200, o Airbus A300 e o A310, o Boeing 767 e — imagine-se!... — o Airbus A340. Portanto, quanto a esta matéria, espero que não se suscitem mais dúvidas. Eu não disse que não podiam aterrar e acabei agora de dar alguns exemplos de aviões de carga que podem aterrar no aeroporto de Beja.

Já agora, agradecia que os Srs. Deputados que aqui disseram haver forças e interesses que se opõem a que a Base Aérea de Beja seja utilizada pela aviação civil tomassem nota deste calendário, porque eu comprometo-me com tudo aquilo que aqui afirmo.

Vamos, então, ao calendário: no primeiro semestre deste ano, vai acontecer a reformulação do plano director, em consequência de ter sido alterada a localização da aerogare, porque aquela que inicialmente estava prevista interferiria com as ajudas rádio. Ainda no primeiro semestre deste ano, vamos elaborar o estudo de impacte ambiental, proceder às expropriações e lançar o concurso da empreitada.

No segundo semestre deste ano, vai decorrer a avaliação de impacte ambiental e vai ter início a empreitada das obras para a construção da aerogare.

Finalmente, no segundo semestre de 2004, inicia-se a operação do aeroporto de Beja. Dito isto, agradecia que não me perguntassem se o Governo tem ou não a intenção de avançar com este projecto.

Reafirmo: a operação no aeroporto de Beja vai iniciar-se no segundo semestre de 2004!!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Em Dezembro!

O Orador: — Só que vai iniciar-se bem. Tal como anteriormente estava a fazer-se, provavelmente não chegaria a iniciar-se ou poderia haver ali um sério acidente.

Sr. Deputado Luís Miranda, eu conheci-o agora e é-me muito grato, logo que o conheço, ficar a saber que V. Ex.^a tem, pelo menos, uma competência idêntica à do Laboratório Nacional de Engenharia Civil... Como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil tem prestígio interno e internacional, passo a ter a certeza de que V. Ex.^a também tem conhecimentos profundos sobre esta matéria, certamente reconhecidos no País e no estrangeiro...!

Aplausos e risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Percebe mais disto do que o Sr. Secretário de Estado!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos à pergunta seguinte, sobre o traçado do IP9, entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, que será formulada pelo Sr. Deputado José Pontes e respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Para formular a pergunta, tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Deputado José Pontes.

O Sr. José Pontes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, quero começar por agradecer, na pessoa do Sr. Secretário de Estado, o facto de o Governo ter abandonado a ideia de portajar as estradas no distrito de Viana do Castelo. Creio que isto acontece pelo facto de o troço, de 17 km, do IP9, entre Nogueira e Ponte de Lima, continuar a ter a mesma filosofia do início, ou seja, ter seis nós de ligação às estradas existentes. Congratulo-me com isso, como é óbvio — aliás, sou dos que entendo que quanto melhores forem as acessibilidades

e maior o seu número melhor para as populações e para o desenvolvimento das nossas regiões.

No entanto, considero (e isso preocupa muita gente da área) que o nó de Estorãos, na freguesia de Estorãos — freguesia essa que tem uma área protegida, que é a Lagoa de Bretiandos, tem a Quinta de Penteeiros, onde, ultimamente, houve um forte investimento do Estado português, e tem um turismo rural de habitação bastante denso —, talvez seja o único a estabelecer a ligação à estrada nacional existente, ou seja, à EN202, por vias municipais. Vias municipais essas que, por sua vez, são extremamente débeis e que precisarão certamente de ser recuperadas ou, então, o Governo terá eventualmente alguma alternativa para fazer a ligação entre o IP9 e a EN202. Era precisamente esta a pergunta que queria de fazer. A esta, acrescentam outras preocupações que se prendem com este nó, a saber: a plataforma desta estrada passa a 14 m (em termos de altimetria) relativamente ao terreno existente, pelo que o nó de ligação terá uns acessos que, em termos paisagísticos, serão agressivos.

Assim sendo, pergunto se o Governo tem como definido que o nó de Estorãos vai efectivamente efectuar-se como o último corredor que foi aprovado e se mantém ou não a posição, porque, neste momento, acho que paira a dúvida, ao nível não só da autarquia de Ponte de Lima como da junta de freguesia e também dos técnicos da EUROSCUT Norte, sobre se este nó vai ser efectivamente concretizado.

Agradecia, pois, que o Sr. Secretário de Estado desse resposta a esta preocupação.

Termino, congratulando-me, uma vez mais, pelo facto de o Governo não portajar as estradas de Viana do Castelo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Pontes, quero fazer aqui um esclarecimento. Vou ler a pergunta que me é feita pelo Sr. Deputado: «Sobre o traçado do IP9, entre Viana do Castelo e Ponte de Lima». Foi sobre o traçado do IP9, entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, que fui convocado para vir responder à Assembleia da República e, portanto, é sobre o traçado do IP9 que vou falar.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Não vou falar noutras questões que o Sr. Deputado referiu, sendo claro, Sr. Deputado José Pontes, que não venho aqui falar sobre portagens, mas sobre o traçado do IP9.

O Sr. João Moura de Sá (PSD): — Mas se for preciso também falamos!

O Orador: — Vamos, então, ao IP9.

O IP9, como o Sr. Deputado muito bem sabe, tem já um lanço em serviço, que foi construído pelo, então, Instituto para a Construção Rodoviária, entre Viana do Castelo e Nogueira.

O Sr. João Moura de Sá (PSD): — É o ritmo socialista!

O **Orador**: — Os outros dois lanços, entre Nogueira e Estorãos e Estorãos e Ponte de Lima, estão integrados na chamada «SCUT Norte Litoral».

A exacta situação destes dois lanços é a seguinte: está aprovado, após avaliação de impacte ambiental, e desde 15 de Outubro do ano passado, o estudo prévio e, agora, está a ser desenvolvido o concomitante projecto de execução.

No que respeita ao traçado, foram proferidas duas declarações de impacte ambiental, uma em relação a cada um destes lanços.

No que respeita ao lanço entre Nogueira e Estorãos, teve conformidade ambiental a solução 1; no que respeita ao lanço entre Estorãos e Ponte de Lima, temos num sublanço a solução 1, mais concretamente até ao nó de Agueiros e nos 7,5 km que lhe sucedem, para além do nó de Agueiros, teve conformidade ambiental a solução 5 e, finalmente, depois retoma a solução 1 até Ponte de Lima.

Como já excedi o tempo, depois, complementarei a informação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O **Sr. Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Pontes. Dispõe de 2 minutos.

O **Sr. José Pontes (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, agradeço a sua explicação mas o que o Sr. Secretário de Estado me disse até agora foi aquilo que eu já tinha dito, ou seja, que estava ultrapassada esta fase. Ora, gostaria que me desse explicações relativamente à fase seguinte.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, em relação a esta matéria, embora não tivesse tido qualquer resposta no que diz respeito ao tal acesso do nó de Estorãos à EN202, gostaria de deixar aqui duas preocupações.

Uma tem a ver com o desassoreamento do rio Lima. Ou seja, com alguma frequência, é retirada areia do rio Lima na zona de Bertiaandos. Como tal, deve entender-se que o tráfego pesado vai ser privilegiado por esse nó de Estorãos e que o acesso a esse nó é feito sempre por vias municipais — este ponto parece-me fundamental. Por outro lado, a ponte romana que existe sobre o rio Estorãos, neste momento, ameaça queda por causa de uma fissura muito grande num dos pilares da ponte, o que constitui um grave prejuízo para o nosso património histórico, como com certeza deve compreender.

A outra preocupação prende-se com o facto de eu ter conhecido um estudo da Junta da Galiza sobre o comboio de velocidade alta que passa precisamente a meio da lagoa de Bertiaandos. Quer isto dizer que, em termos de impacte ambiental, numa área protegida que tem sido bastante intervencionada pelo nosso governo, pode causar distúrbios enormes para aquela região.

Gostaria que estas preocupações ficassem aqui patentes e que o Sr. Secretário de Estado me dissesse se, efectivamente, opta pela eliminação do nó de Estorãos, por uma melhoria de acesso à EN203, em alternativa, ou se vão estudar uma outra solução que possa passar por impedir que o trânsito passe pela ponte sobre o rio Estorãos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Sr. Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo. Dispõe de 2 minutos.

O **Sr. Honório Novo (PCP)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como todos sabemos, para aqueles que vivem ou têm ligações àquela zona do Vale do Lima, a história do IP9 é muito antiga — é uma história de alecrim e mangerona, que serviu muitas vezes de arma de arremesso entre maiorias de coloração diferente nos últimos oito ou nove anos, no mínimo.

Esta fase está aparentemente ultrapassada e eu recuso-me a admitir, até porque me habituei a confrontar o Sr. Secretário de Estado enquanto membro desta Câmara, que não esteja preparado ou não queria responder a algumas questões que se colocam em relação a este itinerário principal. Recuso-me a admitir essa hipótese.

O **Sr. José Junqueiro (PS)**: — É complicado!

O **Orador**: — Portanto, insisto que algumas coisas têm de ser aqui confirmadas ou desmentidas.

O troço do IP9 entre Viana do Castelo e Ponte de Lima vai ou não ter portagens, dentro de uma nova política, que é a política deste Governo em relação ao estabelecimento e à reposição de portagens? E quanto ao prazo da execução, temos confirmado ou não que este troço até Ponte de Lima estará concluído em 2005?

Já agora, Sr. Secretário de Estado, diga-nos qual é o pensamento do Governo em relação ao troço seguinte a partir de Ponte de Lima e até à fronteira, ao Lindoso, porque essa é que é a aspiração fundamental das regiões do Vale do Lima e do distrito de Viana do Castelo. Qual é a ligação periférica a Espanha a partir de Ponte de Lima para leste? O que é que o Sr. Secretário de Estado nos tem a dizer sobre esta questão?

E quanto às questões de impacte ambiental, parece-me que o Sr. Secretário de Estado não vai considerar positivo que uma aldeia — uma aldeia que até é uma referência do turismo rural naquela região — seja cortada ao meio por aquele troço do IP9.

O **Sr. Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se.

O **Orador**: — Termina, Sr. Presidente.

Se me der licença, gostava, ainda, de fazer uma segunda pergunta ao Sr. Secretário de Estado...

O **Sr. Presidente**: — Não devia dar, porque já esgotou o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — ... no sentido de saber se acha bem que se gastem milhões quando haveria uma hipótese de encontrar uma solução mais económica, através da deslocação do chamado nó de Estorãos. Penso que o Sr. Secretário de Estado é um homem sensível a estas questões.

O **Sr. Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Antunes.

O **Sr. Carlos Antunes (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a questão levantada pelo Sr. Deputado José Pontes tem plena opor-

tunidade. E tem plena oportunidade porque o traçado do IP9 faz muita falta, é uma via estruturante de ligação de Viana, capital do distrito, ao interior.

Mas, por muito bem intencionada que seja esta questão, é lamentável que nesta fase ainda se coloquem questões de acessos à referida via. E é lamentável porque isto só é compreensível tendo em consideração o ritmo de trabalho com que a estrada tem sido construída. Isto porque o colega Deputado José Pontes sabe que, em seis anos de governo do Partido Socialista, conseguiram executar 5 km de estrada, o que é um ritmo muito bom para aquilo que manifestaram ao longo do exercício do vosso poder!...

Agora, o que é importante é resolver, de forma rápida e célere, a situação. A verdadeira questão é a capacidade para dar resposta às necessidades de uma região bastante carenciada.

Pergunto ao Sr. Secretário de Estado se, com algum rigor, poderá adiantar-nos, não como esperança mas como certeza, a data prevista para a conclusão da obra.

Sem pretender dar resposta ao Sr. Deputado Honório Novo, gostava de dizer que o IC28, que faz a ligação da A3 a Lindoso, está em construção.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas. Peço-lhe para se conter num máximo de 6 minutos.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados José Pontes e Carlos Antunes, vou responder a ambos relativamente ao nó de Estorãos.

Ouvi-os com toda a atenção e vou pedir que essa situação seja avaliada. É esse o meu compromisso. Mais não garanto porque estamos no âmbito de um contrato de concessão e já sei o suficiente para dizer aos Srs. Deputados que é muito difícil alterar contratos de concessão sem que isso determine para o Estado, em regra, compensações financeiras muitas vezes excepcionalmente avultadas e algumas vezes injustificadas se tivermos em atenção a relação custo/benefício. Não direi que os contratos de concessão são insusceptíveis de ser alterados — não o são, a própria Constituição é susceptível de ser revista! — mas o Estado deve obviar a alterar os contratos de concessão que estabelece. O que o Estado deve é, a montante, tudo fazer para que as definições sejam claras para que depois, a jusante, não haja necessidade de alterar os contratos de concessão.

Sr. Deputado Honório Novo, o Sr. Deputado surpreendeu-me! Surpreendeu-me quando falou nas questões de impacte ambiental! Eu, há pouco, quando aqui aponte os corredores para Nogueira/Estorãos e Estorãos/Ponte de Lima disse que estavam produzidas duas declarações de impacte ambiental.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Só lhe perguntei em relação ao nó!

O Orador: — Os corredores que aqui anunciei foram aprovados pelo Instituto do Ambiente e, portanto, tenho de me louvar nestas declarações de impacte ambiental.

Eu sei que o Sr. Deputado é ambicioso, tal como eu, e, como estamos a falar no IP9 até Ponte de Lima, o Sr. Deputado diz-me: «e até ao Lindoso?».

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quando é que está pronto?!

O Orador: — Provavelmente, outro membro de outro governo vinha dizer-lhe: «Boa ideia, é já amanhã!». Olhe, sobre isso eu não lhe digo nada! Só lhe respondo até Ponte de Lima! Quando eu souber que o IP9 vai até ao Lindoso, venho cá indicar a data ao Sr. Deputado Honório Novo, porque não quero que o Sr. Deputado perca a boa impressão que eu sei (perdoe-se-me a minha imodéstia) que tem a meu respeito.

Já agora, vamos ao que, porventura, mais interessa aos Srs. Deputados:...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isso mesmo! Vamos aos factos!

O Orador: — ... o IP9 vai chegar a Ponte de Lima em Julho de 2005. Repito, em Julho de 2005!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E as portagens?!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à sexta pergunta, que vai ser formulada pelo Sr. Deputado Manuel Cambra, sobre a ponte Europa, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Cambra (CDS-PP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por referir aquilo que é parte da história da ponte Europa.

Em 1990, a Câmara Municipal de Coimbra encomendou os primeiros estudos sobre a terceira travessia da cidade sobre o Mondego. Em 1992, o Executivo municipal aprovou a localização da travessia e baptizou-a de ponte Europa. Passados alguns anos, em 1997, o governo toma a decisão de construir a ponte e um ano depois é escolhido o autor do projecto. Em Janeiro de 2000, é assinado o auto de consignação da obra e é assegurado pelo governo de então que precisamente dentro de 23 meses a ponte Europa seria inaugurada. Os atrasos sucederam-se e, em 11 de Outubro de 2002, o Instituto das Estradas de Portugal anuncia que o consórcio construtor decidira suspender as obras. Mais tarde, o Instituto das Estradas de Portugal apresentou a existência de obstáculos técnicos no domínio da engenharia para justificar a suspensão da obra.

Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, a ponte Europa é uma obra importante para Coimbra. Com a sua construção, o anel viário em torno da cidade será concluído, afastando o trânsito da zona central da cidade e facilitando o seu atravessamento.

Esta obra é, por outro lado, um desejo antigo dos habitantes de Coimbra e de todos aqueles que pretendem atravessar o rio Mondego. Quando pronta, terá um importante papel de requalificação urbana de Coimbra e será importante para o desenvolvimento daquela zona da cidade.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Nos últimos dias, várias têm sido as notícias sobre a paragem da obra, referindo-se algumas delas ao facto de, entre a decisão de construir a obra e a aprovação do projecto, terem passado três anos e de o concurso público ter sido aberto com base num estudo prévio. Por outro lado, na altura da adjudicação da obra,

segundo as mesmas notícias, o processo de expropriações ainda não estava concluído. A ponte Europa, que foi adjudicada por 34 milhões de euros, custará já neste momento 49 milhões de euros.

Sr. Secretário de Estado, esta obra foi apresentada como uma obra de referência e como marca de inovação em termos técnicos, mas não o tem sido. O actual Governo decidiu alterar o processo construtivo desta obra e anunciou que, a partir do momento em que a obra recomeçar, na segunda quinzena de Março, decorrerá normalmente e não voltará a ser interrompida.

Sr. Secretário de Estado, esta é, de facto, uma obra importante. A pergunta que quero fazer-lhe é muito concreta: qual é o estado real do processo de construção da ponte Europa?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Cambra, vou ser muito franco: preferia não ter de voltar a falar sobre aquilo a que chamarei o «caso da ponte Europa», porque, infelizmente, estamos perante um caso, na pior acepção da palavra.

Como o Sr. Deputado referiu, sucedeu-se um conjunto de incidentes que levaram o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transporte e Habitação a determinar a instauração de um processo de inquérito à obra da ponte Europa, desde a decisão da sua construção até ao momento actual. Esse inquérito foi levado a cabo por uma equipa inspectiva, composta por um inspector da Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e por dois Srs. Conselheiros do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes. A dado passo do relatório desse inquérito, diz a equipa inspectiva: «A ponte Europa é o caso exemplar de como se não deve promover, projectar e construir uma obra pública».

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Extraordinário!

O Orador: — De facto, assim é, porque, para a adjudicação do projecto, foi lançado um concurso de ideias, só que não houve qualquer definição em relação à ideia de ponte que se pretendia. E a primeira dificuldade sentiu-a o júri, porque, perante três candidaturas, teve de comparar o que era incomparável e, face a essa dificuldade, veio a escolher a solução mais complexa, mais inovadora e mais cara.

Nas próximas perguntas que os Srs. Deputados me fizerem, completarei a informação ao Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra ao Sr. Deputado Manuel Cambra. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. Manuel Cambra (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, apesar da grande experiência que V. Ex.^a tem em termos de obras públicas, porque, de facto, conhece os *dossiers* que estavam na sua Secretaria de Estado, tenho para mim que será difícil resolver alguns problemas, e este é um deles, mas estou convicto de que V. Ex.^a, dentro das normas legais, vai dar

seguimento a uma obra tão importante como a da ponte Europa por aquelas gentes da cidade de Coimbra, e não só, porque penso que todos nós gostamos de Coimbra.

Nesse sentido, agradeço que V. Ex.^a nos diga se a obra arranca na data que aqui lembrei ou se há algum inconveniente e algum outro atraso, o que seria negativo também para o centro do País e para a grande cidade que é Coimbra, com a qual todos nós, como disse, simpatizamos.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, é sempre um prazer revê-lo.

O Sr. Secretário de Estado disse que já nem gostava de falar mais neste caso. Efectivamente, não vale a pena estarmos a falar do passado, o atraso está mais do que assumido, será na menos má das hipóteses um atraso de 30 meses, porque a obra não se concluirá antes de meados de 2004, segundo foi anunciado, pelo que aquilo que importa é pensar no futuro.

Quando essa obra estiver concluída, assistiremos, previsivelmente, a um congestionamento ainda maior na sobrelotada Av.^a Dr. Mendes Silva e na rotunda do Alto de S. João. Mas este problema dos acessos da ponte Europa é perfeitamente resolúvel desde que se faça uma ligação entre a ponte Europa e a ponte da Portela, isto é, construindo a projectada avenida, normalmente designada por Av.^a da Boavista, paralela à curva do rio Mondego e bordejando o Pólo II da Universidade e uma zona desportiva que irá ser construída.

A questão que coloco ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas é esta: já que se atrasou tanto a conclusão da ponte Europa, porque é que não se trabalha para conseguir concretizar a obra da Av.^a da Boavista, fundamental para os acessos à ponte Europa, por forma a que se concluam ambas as obras ao mesmo tempo, poupando incómodos desnecessários à população da cidade de Coimbra, o que seria uma forma de compensar a população pelos gravíssimos incómodos que tem vindo a sofrer com este atraso. Portanto, construir-se-ia já a Av.^a da Boavista para que, após a conclusão da ponte Europa em meados de 2004, não se comecem outras obras que vão causar novos incómodos à população de Coimbra.

É esta questão muito concreta que gostaria de deixar ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Baptista. Dispõe, igualmente, de 2 minutos.

O Sr. Victor Baptista (PS): — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, quando vi o Sr. Deputado Manuel Cambra levantar-se para intervir, pensei que iria colocar algum problema sobre a circular a S. João da Madeira ou, porventura até, enquanto Deputado eleito por Aveiro, sobre o IP5!...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Fale da ponte! Não desvie a conversa!

O Orador: — Mas a vida tem destas circunstâncias e por vezes, Sr. Deputado, fazem-nos estas partidas!...

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Fale da ponte!

O **Orador**: — A primeira pergunta que quero colocar ao Sr. Secretário de Estado é simples: porque é que o Governo, até agora, não deu resposta ao requerimento feito pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e relacionado com a questão do inquérito que foi mandado elaborar pelo Ministério?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não desvie a conversa!

O **Orador**: — Falou-se aqui em questões relacionadas com o estudo prévio e disse-se que a obra teria sido lançada com o estudo prévio. Devo dizer que a obra não foi lançada com o estudo prévio mas, sim, com o projecto base — e um projecto base é algo diferente de um estudo prévio.

De facto, a discussão sobre a construção desta ponte vem de há muitos anos — já se falou aqui que a sua construção vem desde 1990 —, mas só em 1997 é que há a decisão política de realizar este investimento.

«É preciso promover, projectar e executar», diz o Sr. Secretário de Estado. É verdade! A promoção partiu do próprio governo, numa decisão política do «Governo em diálogo», em Coimbra, mas projectar e executar, que eu saiba, relaciona-se com a engenharia e, naturalmente, com a execução e a realização desse projecto e com a respectiva fiscalização!

A segunda pergunta que deixo ao Sr. Secretário de Estado é a seguinte: há ou não um erro técnico do projecto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

É que este projecto foi feito por técnicos portugueses, a sua construção é feita por uma empresa portuguesa e eu gostaria que ficasse clarificado...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O **Orador**: — Concluo, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, gostaria que ficasse clarificado que uma obra desta envergadura e com a capacidade inovadora que ela teve...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O **Orador**: — Com certeza, Sr. Presidente.

... prestigia um pouco também a engenharia, embora...

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Coleta.

O Sr. **Miguel Coleta** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, compreendo que o Sr. Deputado Victor Baptista tenha dificuldade em falar nestas matérias tendo ao seu lado o Sr. Deputado Jorge Coelho. De facto, o Sr. Deputado Jorge Coelho pregou-lhe a partida de o fazer falar hoje, para não ser o próprio a explicar aqui mais um pouco as suas decisões!

Com o perdão do Sr. Deputado Manuel Cambra, contaria a história deste processo.

De facto, era uma vez um autarca que estava em dificuldades não só pelo mau trabalho que, desde há longos anos, vinha a desenvolver na cidade mas também porque havia um processo chamado co-incineração em Coimbra e, portanto, havia que, de alguma forma, reabilitar a imagem desse autarca. Isso conseguia-se com a obra, mas, como não havia dinheiro para ela, a única forma era recorrer a fundos comunitários. No entanto, como os fundos comunitários não pagam as pontes, houve que desviar o IC3, que hoje — pasme-se! — desemboca no centro da cidade, para poder incluir a ponte nos fundos comunitários e, assim, haver dinheiro para a fazer.

Por isso, o projecto escolhido foi o mais caro e o tecnicamente mais inovador, porque, para ser incluído no IC3, tinha de ter uma determinada tipologia e não por benemérita do Partido Socialista, na altura no governo.

De facto, a urgência na ajuda ao autarca obrigou a que o processo fosse lançado de uma forma perfeitamente temporânea e assente em premissas que não estavam devidamente estudadas e, por isso, chegámos ao ridículo — ao ridículo, Srs. Deputados! — de a obra já estar a decorrer quando se descobriu que um dos pilares da ponte caía em cima da principal conduta de água que abastece a cidade.

Não sei se era um estudo prévio, não sei se era um projecto base, não sei o que era. O que sei é que nesse estudo não estava sequer incluída...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tem de concluir.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, não sei o que era, o que sei é que nesse estudo não estava sequer incluída a base onde iria assentar esse pilar.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É uma tristeza!

O **Orador**: — Portanto, Sr. Secretário de Estado, a questão que lhe deixo aqui é muito simples:...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O **Orador**: — ... de quem é a responsabilidade política deste processo?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. **João Rui de Almeida** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, este é um assunto que se reveste da maior importância e da maior delicadeza e, por isso, quero pôr todo o rigor na minha intervenção.

Trata-se de uma situação altamente lesiva para a cidade de Coimbra e é lamentável em vários aspectos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — Ela radica fundamentalmente em duas razões: a primeira, é que o PSD de Coimbra — e hoje isso ficou aqui bem demonstrado — nunca gostou, sempre discordou, da construção da ponte Europa; a segunda, como

vimos agora, o Governo aproveita o caso da ponte Europa para fazer oposição ao PS. É uma coisa perfeitamente lamentável, inexplicável mesmo!

Sr. Secretário de Estado, V. Ex.^a está investido nessas funções para resolver os problemas. O governo do PS já não está em exercício e o senhor tem de resolver este problema.

Aplausos do Deputado do PS José Magalhães.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Que remédio!

O **Orador**: — Trata-se de um problema que tem implicações de ordem técnica.

Sr. Secretário de Estado, aquela ponte está a ser construída em zonas de aluvião do Mondego, já a actual ponte de Santa Clara, há 40 anos, teve gravíssimos problemas. Todas as construções naquela zona de aluvião do Mondego têm gravíssimos problemas. O Sr. Secretário de Estado tem de resolver o problema.

Sr. Secretário de Estado, ao fim e ao cabo, a ponte tem três grandes módulos: o nó norte, o nó sul e o tabuleiro central.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Que grande «lapalissada»!

O **Orador**: — Neste momento, por que não estão a ser feitas as duas obras dos respectivos nós? E quanto à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado António Filipe, sobre o prolongamento para a ponte da Portela, que é o prolongamento do IC3, por que não está a ser começado?

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Por que é que ambas as partes do nó, o das Lages e o da Boavista, estão paradas,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tem de concluir.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

... sabendo nós que a parte técnica está precisamente na zona central do tabuleiro?

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É preciso ter lata!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — É preciso ter seriedade!

O Sr. **Jorge Coelho** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Coelho** (PS): — Sr. Presidente, de forma muito rápida, vou dirigir-me ao Sr. Secretário de Estado para defesa da minha honra que foi aqui atacada pelo Sr. Deputado do PSD.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Então, devia dirigir-se ao Sr. Deputado e não ao Sr. Secretário de Estado!

O **Orador**: — Gostaria que o Sr. Secretário de Estado, de uma vez por todas, dissesse a esta Câmara qual a data em que foi lançada a obra, porque tanto quanto conheço o processo, quando a obra foi lançada, eu era Ministro da Administração Interna, Sr. Deputado. É preciso cuidado com aquilo que aqui se diz!

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O **Orador**: — Em segundo lugar, esta obra foi adjudicada e eu queria que o Sr. Secretário de Estado dissesse se aquilo que estou a dizer é verdade ou é mentira, de uma vez por todas. Estou cansado de ouvir isto em silêncio. Mas a paciência também se esgota!

De forma clara, gostaria também que o Sr. Secretário de Estado dissesse se fui eu quem adjudicou a obra ou se foram dois administradores, que já foram nomeados pelo Governo de VV. Ex.^{as} para altos cargos de empresas públicas, nomeadamente, um dos que assinou a obra é vice-presidente de uma das maiores empresas do País, nomeado pelo Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso!

De uma vez por todas, as responsabilidades a quem as têm e não lançar aqui poeira política sobre quem quer que seja! Prezo-me de sempre assumir as minhas responsabilidades — aliás, já dei provas disso ao País — e não aceito que venham para aqui com insinuações!

Por isso, peço ao Sr. Secretário de Estado que, de uma vez por todas, clarifique perante a Câmara.

Aplausos do PS.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Isto é defesa da honra?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, tem a palavra para responder às várias questões que lhe foram postas. Dispõe de um máximo de 10 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas**: — Sr. Presidente, vou começar, justamente, por responder ao Sr. Deputado Jorge Coelho, muito embora a questão que o Sr. Deputado suscitou não tenha a ver comigo. Ele próprio disse que ia fazer uma defesa da honra em relação a uma questão que tinha sido suscitada por um Sr. Deputado do PSD.

Protestos do Deputado do PS José Junqueiro.

Socorrendo-me das minhas notas, respondo dizendo que o anúncio do concurso foi em 30 de Abril de 1999, a adjudicação pelo Conselho de Administração do ICOR efectuou-se em 15 de Novembro de 1999 e a consignação teve lugar em 5 de Janeiro de 2000.

A este propósito, e para que os Srs. Deputados possam avaliar, devo dizer que esta obra teve também esta especificidade: a empreitada foi lançada e passados poucos dias foi suspensa, entre 6 e 31 de Janeiro de 2001, porque na margem esquerda não estavam disponíveis os terrenos cuja expropriação cabia à Câmara Municipal de Coimbra!

A obra começou a fazer-se sem que os terrenos tivessem sido previamente expropriados!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Uma irresponsabilidade!

O **Orador**: — Mas, desde logo, começou mal a localização da ponte, porque ela não afasta tráfego do centro da cidade de Coimbra, antes, arrasta tráfego para o centro da cidade de Coimbra.

O **Sr. Luís Marques Guedes (PSD)**: — Uma irresponsabilidade!

O **Sr. Guilherme Silva (PSD)**: — É preciso saber fazer!

Protestos dos Deputados do PS João Rui de Almeida e Victor Baptista.

O **Sr. Presidente**: — Srs. Deputados, têm de manter-se em silêncio a ouvir as respostas do Sr. Secretário de Estado.

O **Orador**: — Srs. Deputados, sobretudo para aqueles que mais recentemente estão na Assembleia da República: sou amigo pessoal e tenho muita consideração pelo Sr. Deputado João Rui de Almeida e pelo Sr. Deputado Victor Baptista.

O **Sr. José Junqueiro (PS)**: — Mas...

O **Orador**: — Digo-lhes, com amizade: não me teria inscrito para questionar! Sobretudo, o que eu não compreendi foi a veemência do Sr. Deputado João Rui de Almeida.

Protestos do Deputado do PS João Rui de Almeida.

O **Orador**: — Não a compreendo!

Protestos do Deputado do PS João Rui de Almeida.

O **Sr. Presidente**: — Sr. Deputado João Rui de Almeida, eu não lhe dei a palavra. Não pode usar dela!

O **Orador**: — Terminou, até, com uma palmada sobre a bancada...

O **Sr. Telmo Correia (CDS-PP)**: — Na dele!

O **Orador**: — ... como quem diz: correu tudo bem até agora! Veio o Governo do PSD e está a correr tudo mal!

Protestos do Deputado do PS João Rui de Almeida.

O Sr. Deputado disse que queria que o Governo resolvesse, e o Governo, Sr. Deputado João Rui de Almeida, está a resolver. Sabe como? Tendo tido de contratar dois projectistas para reverem o projecto de execução e o projecto construtivo.

Sabe por que é que o tivemos de fazer, Sr. Deputado? Porque a ponte Europa foi adjudicada por 6,8 milhões de contos. E sabe qual é o sobrecusto que ela tem nesta altura? 45%! Se fizer as contas, verificará que ela já vai em 9,9 milhões de contos!

O **Sr. João Rui de Almeida (PS)**: — É o único caso no País até agora?...

O **Orador**: — E o País não deve pagar esses erros! Mais; temos pela frente mais um ano de obra...

O **Sr. João Rui de Almeida (PS)**: — O aeroporto da Ota fica em quanto?!

O **Orador**: — ... e eu garanto à Câmara que os 50% de limite de trabalhos a mais vão ter de ser excedidos, porque 45% é já o sobrecusto que a obra tem.

Protestos do PS.

Vozes do PSD: — Oiçam! Tenham vergonha!

O **Orador**: — Embora menor, gostava de precisar um aspecto. A empreitada — e isto também serve para os Srs. Deputados ajuizarem —, ficam os Srs. Deputados a saber, foi lançada com um anteprojecto para concurso. Os Srs. Deputados sabem o que é, em linguagem de engenharia, um anteprojecto para concurso? É um eufemismo! A obra foi lançada com um anteprojecto. Ponto final!

Tal como disse há pouco, trata-se de uma obra complexa e inovadora e não foi tomada uma única precaução em relação aos problemas que poderiam advir da complexidade e da inovação.

É por esta razão que, volto a repetir, não compreendo como é que o Sr. Deputado Victor Baptista e o Sr. Deputado João Rui de Almeida me fazem perguntas sobre a ponte Europa. Eu — e digo-o a olhar para os Srs. Deputados e com sinceridade —, que não tenho a ver com este processo até ao dia 8 de Abril de 2002, preferia, acreditem, não ter vindo aqui falar disto!

Vozes do PS: — Mas que teatro, ó Sr. Secretário de Estado!

O **Orador**: — Não gostaria de saber que o processo está na Procuradoria-Geral da República, que foi enviado à Câmara Municipal de Coimbra, que foi enviado ao IEP para conhecimento e — pasme-se! — a equipa inspectiva propôs ao Governo que enviasse este relatório para o LNEC e para o Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes. Sabem os Srs. Deputados a que título? A título de *case study*, porque, a dado passo do relatório, eles diziam exactamente por estas palavras — e com isto termino: «A ponte Europa é o caso exemplar de como se não deve promover, projectar e construir uma obra pública.»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS José Junqueiro.

O **Sr. Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à sétima pergunta, sobre o controlo que ao Governo cabe exercer à actividade da concessionária de distribuição de energia eléctrica, que será formulada pelo Sr. Deputado Bruno Dias e respondida pela Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia.

Tem a palavra, Sr. Deputado Bruno Dias. Dispõe de 3 minutos.

O **Sr. Bruno Dias (PCP)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, o País tem vindo a assistir a uma evidente degradação do serviço público no fornecimento de energia eléctrica.

A questão não é nova nem é inesperada. Já na passada legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP, em interpelação

ao Governo, denunciou o que já, então, representava um flagrante desrespeito a milhões de consumidores. Ao Governo cabe a responsabilidade de controlar e fiscalizar a actividade da concessionária.

Mas de então para cá tem-se mantido, e agravado, a falta de qualidade no fornecimento e distribuição de energia eléctrica: mantêm-se e agravam-se os incidentes de rede, reeditando vezes sem conta os tristemente célebres «apagões». Pelos vistos, a lendária cegonha de há quase três anos fez escola por estas paragens! Aliás, há nesta matéria uma estranha biodiversidade: vão proliferando estas «cegonhas de apaga a luz», enquanto os piquetes de reparação de redes encaram uma preocupante ameaça de extinção!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — É o desmantelamento puro e simples dos meios de resposta: postos de trabalho reduzidos a granel e o serviço entregue a empreiteiros e a subempreiteiros — a capacidade de resposta, depois, é o que se vê! São às dezenas as localidades em todo o País que vêem a EDP encerrar os seus balcões ou postos de atendimento: Barcelos, Esposende, Marco de Canavezes, Montemor-o-Novo, Moita, Paços de Ferreira — tantos maus exemplos de serviço público que o PCP tem vindo a denunciar!

O que tem, de facto, acontecido é um mau serviço prestado ao País: o incumprimento de obrigações do serviço público, um regulamento de qualidade do serviço criado em 2000, que, incrivelmente, baixou o grau de exigência à concessionária!

O Sr. Ministro da Economia anunciou esta semana alterações ao regulamento da qualidade do serviço, decisão que, naturalmente, consideramos positiva. Tardia, mas positiva! Temos é que conhecer o regulamento para o avaliar no concreto.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — No entanto, a questão central não se circunscreve a esse regulamento. A questão central resulta directamente da privatização desta empresa, que fez com que os seus critérios centrais passassem a ser a rentabilidade accionista e a obtenção do lucro máximo à custa dos consumidores.

Por isso, Sr.^a Secretária de Estado, pergunto: o que pensa desta estratégia centralizadora de estruturas e de serviços da EDP? Sabe quantos piquetes de reparação de rede deixarão de estar ao serviço este ano? Quantos balcões e lojas de atendimento vão fechar as suas portas? Quantos postos de trabalho vão desaparecer? Perante este quadro, qual será a acção do Estado para enfrentar esta estratégia de lucro máximo, claramente lesiva do interesse público?

São questões concretas que merecem a resposta e a intervenção do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, tem a palavra para responder. Dispõe também de 3 minutos.

A Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia (Dulce Franco): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, o que preocupa o Sr. Deputado é, seguramen-

te, tal como disse, o abastecimento de energia em termos de qualidade às populações, às empresas, a todas as entidades clientes do serviço energético nacional.

É completamente pertinente a questão que coloca, mas, a meu ver, a bem do rigor, ela deve merecer alguma reformulação para que fiquemos todos esclarecidos.

O Sr. Manuel Cambra (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — O que se passa é o seguinte: entre o Estado e a EDP existe uma licença, entre a EDP e os municípios (que são os que tradicionalmente asseguram o abastecimento em baixa tensão e, portanto, designadamente, aos consumidores domésticos) é que, isso sim, existe um contrato de concessão. A bem do rigor, vamos dizer que entre o Estado e a EDP, como empresa distribuidora, existe um regime de licença e entre a EDP, empresa distribuidora, e os municípios que lhe concessionaram o serviço de abastecimento em baixa tensão, um regime de concessão.

Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.

Assim, a pergunta formulada é mais abrangente do que uma concessão pelo Estado, porque não há, de facto, uma concessão pelo Estado. Há um regime de licença entre o Estado e a EDP e há, depois, um regime de concessão entre os municípios, que são os que, em Portugal, tradicional e historicamente, asseguram o abastecimento em baixa tensão, e a empresa distribuidora.

Feita esta reformulação, se quiser, tenho de lhe dizer que é neste quadro, quer da actividade de empresa distribuidora num quadro de licença, quer da actividade dessa empresa distribuidora no quadro da concessão que existe entre os municípios e essa mesma empresa, que o Estado exerce a sua fiscalização. E como é que a exerce?

Exerce-a, desde logo, através da entidade reguladora sectorial para este sector da energia, que, como sabe, é uma entidade independente e deve exercer a sua actividade enquanto tal — é isto que diz a lei —, competindo-lhe, designadamente, tal como consta da lei, entre outros aspectos, velar pela qualidade do serviço que é prestado.

Mas, ao dizer isto, e tendo mencionado as competências da ERSE, de modo algum pretende o Governo eximir-se às suas responsabilidades, porque as tem, pois muito embora a ERSE seja uma entidade independente tem a responsabilidade de dar execução à política governativa em matéria de energia, para além da circunstância de caber à Direcção-Geral de Energia, e, portanto, ao Ministério da Economia, logo ao Governo, exercer uma fiscalização sobre a forma como são abastecidos os clientes de energia eléctrica no país. Por isso mesmo, o Governo tem estado muito atento a estes problemas, que, como o Sr. Deputado muito bem disse, não são nada novos, são até bastantes antigos, razão por que as deficiências que apontou no sistema de abastecimento de energia eléctrica...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Secretária de Estado, agradeço que conclua, pois já esgotou o tempo regimental de que dispunha.

A Oradora: — ... são sucessivamente recorrentes.

Vou ter oportunidade de dizer em pormenor, com certeza, em resposta às perguntas que me foram feitas, quais são as grandes inovações do novo regime de qualidade de

serviço que o Sr. Ministro da Economia apresentou há dois dias e que, a nosso ver, dão completa solução, gradualmente e da forma como nele vêm previstas, aos problemas que o Sr. Deputado identificou.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Secretária de Estado, tem mesmo de concluir.

A Oradora: — Sr. Presidente, peço-lhe alguma flexibilidade, pelo menos para concluir a frase.

O novo regulamento da qualidade do serviço vai, a meu ver, dar resposta às questões que muito pertinentemente colocou e que são bastante antigas, vem repor níveis de qualidade em termos que consideramos aceitáveis, e espero ter ocasião de explicitar quais são eles.

O Sr. Presidente: — Permito-me sublinhar, Sr.^a Secretária de Estado, que as frases de V. Ex.^a são de longo fôlego oratório.

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, para pedir esclarecimentos adicionais, dispondo, para o efeito, de 2 minutos.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, vou tentar ser breve.

Sr.^a Secretária de Estado, a questão que coloca mantém intocável o problema central, quanto a nós, que é a responsabilidade do Estado em responder, perante as populações, por situações graves que se têm verificado.

Não tendo a Sr.^a Secretária de Estado aprofundado a questão das compensações a atribuir aos consumidores lesados pelas interrupções de energia — e espero que venha a fazê-lo na sua próxima intervenção —, no plano do novo regulamento ou da alteração ao regulamento anunciada pelo Governo, e vamos ver, no concreto, o que é que se aponta, quero dizer-lhe que vale a pena fazê-lo, tendo em conta o que vem a público.

Até agora, os consumidores que se encontrem nessas situações só podem ser indemnizados se activarem os respectivos processos e demonstrarem os prejuízos que são da responsabilidade da concessionária. Ora, estamos perante a questão do ónus da prova, que, em face desta discussão, terá de se inverter, tal como o PCP já propôs, na Assembleia da República, num projecto de lei sobre esta matéria. Portanto, esta dificuldade que se tem colocado, objectivamente, a empresas e a consumidores diversos, que é a de, primeiro, provarem o prejuízo que foi gerado naquela situação e, depois, atribuírem essa responsabilidade à concessionária, é algo que, manifestamente, não demonstra eficácia no terreno e no concreto.

Assim, pergunto-lhe, Sr.^a Secretária de Estado: qual é a sua opinião sobre esta questão?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins, dispondo de 2 minutos.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, as empresas têm-se queixado em relação a esta matéria, e — convenhamos! — com total

justiça, porque dois dias de más condições climáticas revelaram enormes dificuldades no fornecimento de energia, o que, de resto, também aconteceu em período recente e noutras ocasiões. E, para que as empresas sejam competitivas, que é, certamente, o discurso do Governo, e também o nosso, é importante que um recurso, um factor de produção, que é a energia, seja fornecido em condições e a preços competitivos. Infelizmente, não tem acontecido nem uma coisa nem outra.

Evidentemente, o operador, que, de resto, é privado, embora o Governo tenha aí uma posição, uma *golden share*, tem responsabilidades pelas ineficiências detectadas, e devo dizer que o tempo de interrupção na rede de média tensão é o dobro em Portugal, comparando com Espanha, para já não falar no diferencial de preços.

Mas o Governo também tem responsabilidades nesta matéria, porque o sector energético é, por excelência, um sector de intervenção de uma política económica que vise múltiplos objectivos: a energia enquanto factor de produção, os recursos naturais subjacentes a este sector, oportunidades de negócio e, sobretudo, o longo prazo. E, deste ponto de vista, existem no ar legítimas preocupações quanto ao longo prazo, pelo que seria bom que a Sr.^a Secretária de Estado tivesse oportunidade de nos dizer, clarificando, os riscos que corremos em matéria de interrupções e de eventuais «apagões», que, noutras ocasiões, bem recentes, atingiram espaços algo próximos e outros distantes de nós.

Em segundo lugar, gostaria de perguntar à Sr.^a Secretária de Estado se o mercado ibérico de electricidade, que deveria estar...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esgotou-se o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Como eu dizia, pergunto-lhe, Sr.^a Secretária de Estado, por que é que o mercado ibérico de electricidade, que deveria ter arrancado no dia 1 de Janeiro de 2003, ainda não arrancou, e em que medida é que isso resolveria parcialmente os problemas?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Tadeu Morgado, dispondo também, para o efeito, de 2 minutos.

O Sr. Jorge Tadeu Morgado (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, penso que as suas preocupações, que são também as nossas, já foram em parte satisfeitas por aquilo que a Sr.^a Secretária de Estado disse na sua primeira intervenção.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Mas ela disse que ainda não!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — A Sr.^a Secretária de Estado diz que não, o Sr. Deputado diz que sim!

O Orador: — Contudo, gostaria de salientar que a aprovação do novo regulamento da qualidade do serviço eléctrico, que aconteceu na passada quarta-feira, coloca Portugal — e é preciso frisar este ponto — ao nível dos países mais exigentes, no que diz respeito à qualidade do serviço a fornecer pela rede do sistema eléctrico a todos os seus clientes, sejam eles particulares, empresas ou instituições. Esta mudança profunda, que quase apelidaria de mais uma

das reformas do actual Governo ou uma daquelas que têm sido constantemente adiadas, como também referenciou na sua intervenção, satisfaz bastante esta bancada e penso que também todos os membros desta Câmara, assim como todos os cidadãos deste país, como foi ontem amplamente demonstrado e de que foi dado eco em diversos órgãos da comunicação social.

Mas, Sr.^a Secretária de Estado, como eu disse inicialmente, apesar da sua intervenção, ainda fiquei com algumas dúvidas, nomeadamente no que diz respeito à verdadeira extensão desta profunda reforma, que se traduziu na aprovação do novo regulamento da qualidade do serviço eléctrico. E, neste sentido, solicito a V. Ex.^a uma maior explicitação sobre o que se irá efectivamente mudar por via desta profunda reforma, em especial no que diz respeito ao pagamento automático das compensações aos clientes por incumprimento da entidade fornecedora de energia eléctrica, como, aliás, já foi referenciado pelo Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, dispondo, para o efeito, de um máximo de 6 minutos.

A Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A prova de que o Governo está completamente atento ao sector da energia eléctrica e aos problemas da qualidade do serviço, que são antigos, bem como aos baixos níveis de exigência da prestação desse serviço, que existiam até agora, é este novo regulamento da qualidade do serviço.

Como sabemos, o anterior regulamento datava do ano de 2000 e o Governo não se satisfaz com a herança recebida, pelo contrário, achou indispensável, por um lado, estabelecer níveis de exigência mais elevados e, por outro, formular este novo regulamento da qualidade do serviço, em termos muito mais concretos, muito mais definidos, permitindo, portanto, uma melhor aplicação e uma muito maior fiscalização.

Este novo regulamento de qualidade de serviço, muito brevemente, pretende responder a essas deficiências e dar execução à política do Governo em matéria de energia, com vista a uma melhor eficiência na distribuição, uma maior produtividade nacional e uma urgente preparação das empresas e dos prestadores nacionais para a abertura do mercado de energia, mediante uma harmonização ou uma maior normalização dos critérios de exigência.

Várias perguntas foram feitas a propósito deste regulamento de qualidade de serviço e eu enunciaria algumas das principais inovações.

Em primeiro lugar, e respondendo já parcialmente à pergunta que o Sr. Deputado Maximiano Martins fez o favor de formular, as compensações a pagar aos clientes são, em média, mais elevadas. Não é possível continuarmos a admitir as falhas de qualidade de serviço supostamente compensadas por valores que eram completamente insignificantes. Não só os níveis de exigência eram baixos como os valores que os compensavam eram também muito baixos. Portanto, queremos introduzir sinais claros da necessidade de melhoria da qualidade de serviço, focalizada, precisamente, como já vamos ver a seguir, em zonas mais problemáticas.

Dizendo isto, é preciso dizer também que não é propósito do Governo aplicar penalidades às empresas, o propósito do Governo é estimular e incentivar as empresas a assumir os níveis de qualidade de serviços que são considerados razoáveis e que lhes permitam cumprir o padrão de exigência que consideramos aceitável. É um desafio que tem de ser aceite pelas empresas! O princípio não é fazer pagar penalidades mas, sim, fazer com que o abastecimento seja feito às populações e às empresas em termos de qualidade.

Quanto ao pagamento automático, Sr. Deputado Maximiano Martins, especialmente para si mas para informação de toda a Câmara, a adopção do princípio do pagamento automático está consagrada neste novo regulamento da qualidade de serviço, embora tenha de ser feito gradualmente, pois é preciso dar algum tempo às empresas, mas não muito, para se prepararem para este novo quadro de funcionamento.

É, no entanto, desde já, automático, e, portanto, não carece de qualquer iniciativa por parte dos clientes, o pagamento de compensações que sejam devidas pela falta de qualidade de serviço a clientes de muito alta e média tensão.

A partir de 2004, os clientes de baixa tensão também beneficiarão de um regime automático, em que, portanto, não necessitam de qualquer gesto ou iniciativa para que lhes seja atribuída, e devidamente especificada na factura que recebem, a compensação a que têm direito por essa quebra de qualidade de serviço.

Os clientes apercebem-se melhor da qualidade e da quebra de serviço e têm um sentido de justiça e de proporcionalidade.

É evidente que esta é uma fase de construção de uma melhor qualidade, que até agora tem sido muito deficiente, mas também tem de ser feita gradualmente, dando tempo às empresas para conseguirem corresponder aos critérios que consideramos adequados.

Já identifiquei as compensações mais elevadas, bem como o princípio do pagamento automático, gradualmente estabelecido. Muito importante, e que, seguramente, agradará a todos os Srs. Deputados, porque é de elementar justiça e é sinal de progresso no nível de exigência que é estabelecido, é o terceiro grande ponto, que é o do alargamento das zonas onde os padrões da qualidade de serviço são ou devem ser mais exigentes.

Promove-se, neste regulamento da qualidade do serviço, a redefinição das zonas, ou seja, o País tem zona A, zona B e zona C e promove-se o alargamento das zonas A e B, reduzindo a zona C, que era a zona onde, de acordo com o regulamento ainda em vigor, eram aceitáveis mais quebras de serviço. Ora, o que fazemos é inverter tudo isto completamente.

A zona C era aquela onde eram admitidas mais quebras de serviço e, com as penalidades, os clientes eram duplamente prejudicados, não só porque essa zona era a que tinha níveis de qualidade de serviço mais baixos como também porque, nessa mesma zona, as penalidades, pela não observância dos níveis já baixos de qualidade, eram também as mais baixas. Portanto, as pessoas que viviam na zona C eram duplamente penalizadas, pois tinham o pior serviço e, ainda por cima, eram menos compensadas pelas quebras de qualidade do serviço.

Vou, muito rapidamente, referir mais três pontos que considero igualmente importantes, e estou apenas a elencar seis, porque o regulamento, que já foi apresentado

pelo Sr. Ministro da Economia, será muito brevemente publicitado.

Assim, temos o aumento da exigência dos padrões de qualidade de serviço técnico e comercial, com uma especial atenção aos padrões associados às zonas de menor qualidade, tanto no que respeita à duração das interrupções como no que respeita ao número de interrupções que são admitidas.

Por outro lado, como já referi anteriormente, o quarto princípio é o da uniformidade das compensações nas diferentes zonas. Não havia nada que justificasse que já com esta divisão, que é penalizadora para algumas zonas do país, ainda por cima, nas zonas onde a qualidade do serviço era menor, e era admitido que assim fosse, as penalizações ao operador fossem inferiores. Portanto, com este novo regulamento da qualidade do serviço, por um lado, diminui-se a abrangência da zona de menor qualidade de serviço — conforme estava permitido no anterior regulamento — e, por outro, uniformiza-se o valor das compensações aos clientes da zona C com os valores das zonas A e B.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Secretária de Estado, peço-lhe o favor de se aproximar do fim.

A Oradora: — O último princípio é o da constituição de um fundo para investimento na melhoria da rede.

Abaixo de um determinado valor, que, salvo erro, é de € 2,5, e é considerado um valor marginal, as compensações não são pagas e, portanto, não são entregues aos clientes, não vindo discriminadas nas facturas. O que é que acontece a essa soma de dinheiro, que, multiplicado por muitos milhões de clientes, pode assumir proporções significativas? É destinado a um fundo alocado ao investimento na melhoria da rede.

Não sei de quanto tempo ainda disponho, se são 2 minutos e 58...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Secretária de Estado, quando lhe dei a palavra, pedi-lhe o favor de se conter nos 6 minutos correspondentes à proporção dos pedidos de esclarecimentos que lhe foram formulados, como aconteceu com todos os seus colegas que já usaram da palavra hoje.

A Oradora: — Sr. Presidente, gostaria ainda de esclarecer os Srs. Deputados sobre aquilo que tem sido feito em termos de equipas de urgência reforçada, em termos de qualidade comercial e em termos de investimento pela empresa licenciada para o serviço eléctrico.

Muito mais haveria a dizer mas gostava apenas de lhes apontar que o orçamento de investimento evoluiu de forma significativa de 2000 para 2003; em 2000, era de 215 milhões de euros e, em 2003, já contando com as necessidades de investimento para poderem observar este novo regulamento de qualidade de serviço, conta com um investimento de cerca de 301 milhões de euros.

Srs. Deputados, creio que há duas mensagens importantes a reter. Os aspectos fundamentais que foram apontados servem para despertar a empresa para a necessidade de observar níveis de qualidade muito diferentes daqueles que estavam no regulamento anterior, que, como lhes disse, datava de 2002 e não era necessariamente agora, por imperatividade do que estava disposto nesse regulamento, que ele se revia. Isso deu-se porque o Governo entendeu que era inadmissível a continuação dos baixos níveis e das disparidades que resultavam da baixa qualidade de serviços que estava envolvida.

Essa é a mensagem para as empresas. A qualidade custa dinheiro e têm de se fazer investimentos, mas a falta de qualidade também custa dinheiro às empresas e aos cidadãos e por isso tem de ser corrigida.

Para os cidadãos e para as empresas a mensagem é outra, é a de que este Governo está atento a esse problema, está a tomar as medidas e podem contar com um abastecimento de energia eléctrica, em termos de qualidade, compatível com as exigências da moderna sociedade.

Por último gostava de dizer ao Sr. Deputado Bruno Dias, que o *Avante*,...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Ah! A Sr.^a Secretária de Estado lê o *Avante*!... Bem precisamos de leitores!...

Risos gerais.

A Oradora: — ... no n.º 1434, de 29 de Maio de 2001, já colocava esta questão. Sr. Deputado, sei que o problema da estrita lógica do lucro não é novo, é recorrente, porque não foi antes resolvido, mas vai sê-lo agora. E não há uma estrita lógica do lucro! O Estado não se exonera nem rejeita as responsabilidades que tem nesta matéria e, portanto, irá fazer cumprir este regulamento de qualidade de serviço, a bem dos consumidores e dando razão à pertinente e recorrente interpelação do PCP.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — E vai sair na primeira página com a fotografia do *Avante* na mão!...

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Secretária de Estado ultrapassou os 6 minutos, mas não os 10 minutos que, regimentalmente, são atribuídos ao Governo. Daí a minha tolerância, que não ficou a dever-se apenas ao respeito que tenho pelo «eterno feminino».

Além do mais ainda falou que era leitora do *Avante*, o que nos surpreendeu a todos.

Risos gerais.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Mas valeu a pena!

O Sr. Presidente: — Surpreendeu, sobretudo, os Srs. Deputados do PCP.

Srs. Deputados, vamos passar à última pergunta, que incide sobre a qualidade alimentar e as medidas de controlo, fiscalização e punição dos infractores, formulada pela Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias, que será respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Um estudo da revista *Teste Saúde* sobre a qualidade alimentar, realizado em Portugal, Bélgica, Espanha e Itália, indicou a existência, no nosso país, de resíduos de medicamentos em 50% das amostras de mel, em 40% dos ovos e em 10% da carne de porco. Nomeadamente, 15% das amostras de mel acusam a presença de cloranfenicol, uma substância com elevado teor de toxicidade e proibida na União Europeia.

Segundo este estudo, Portugal foi o país que apresentou os resultados mais negativos.

Este problema coloca-se, sobretudo, ao nível dos antibióticos, cuja utilização generalizada tem levado ao aparecimento de bactérias resistentes, que ameaçam tanto a saúde humana como a das restantes espécies, nomeadamente diminuindo a eficácia do organismo humano a antibióticos.

Se perante a divulgação deste estudo, e contactado pelos órgãos de comunicação social, o gabinete do Sr. Ministro prometeu esclarecimentos para mais tarde, não será demais lembrar que, numa das últimas inspecções de peritos veterinários da União Europeia, Portugal já tinha sido advertido sobre as irregularidades na administração de medicamentos a suínos e que, em Junho do ano passado, o gabinete do Sr. Ministro também ouviu o comentário/sugestão do bastonário da Ordem dos Veterinários, que propunha um controlo mais apertado às receitas médico-veterinárias que permitem o recurso abusivo a medicamentos.

Assim sendo, e com tantos esclarecimentos e comentários adiados, talvez seja esta a oportunidade para voltar a abordar o tema. É que, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, o sistema de controlo alimentar não serve a saúde dos portugueses e são necessários procedimentos mais rápidos, céleres e eficientes, designadamente a agilização de uma agência para a qualidade da segurança alimentar, cuja situação continua ao arrepio dos esforços coordenados e das normas já existentes nos vários Estados-membros da União Europeia.

Urge um esforço controlado e uma fiscalização mais intensa, a adopção de medidas claras no que respeita à administração de medicamentos e uma legislação, seguramente mais severa, sobre a sua utilização para fins não curativos, nomeadamente a título preventivo ou a fim de favorecer o crescimento.

As crises alimentares que têm assolado a Europa abalam significativamente a confiança dos consumidores e as actuais circunstâncias em Portugal só podem fragilizá-la ainda mais. Assim sendo, Sr. Secretário de Estado, no cenário actual e perante a divulgação deste estudo e desta situação grave ao nível da qualidade alimentar e eventualmente da saúde pública, que medidas de controlo alimentar, de fiscalização e de punição aos infractores pretende o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas desenvolver?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas (Frazão Gomes): — Sr. Presidente, Sr.^s e Sr. Deputados, Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias: Gostaria de agradecer ao Bloco de Esquerda a oportunidade que dá ao Governo para esclarecer este assunto, que na comunicação social tem sido objecto de alguma confusão e de alarmismo não fundamentado junto dos consumidores.

Não podemos pronunciar-nos em rigor sobre os resultados anunciados pela DECO porque não tivemos acesso à informação necessária, apesar de a mesma ter sido solicitada pelo Sr. Ministro. Desconhecemos, nomeadamente, os requisitos ao nível da colheita das amostras, o tipo de análises efectuadas, os procedimentos analíticos utilizados, o tipo de substâncias pesquisadas, o nível de resíduos encontrados, etc., o que impede os competentes serviços do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas de se pronunciarem sobre o rigor destes resultados.

Desconhecemos, igualmente, em que laboratório as análises foram efectuadas, se o mesmo está reconhecido oficialmente e se obedece às normas impostas pela União Europeia.

Em todo o caso, tanto quanto conhecemos do que veio a público, a DECO, há cerca de oito meses, realizou 80 análises a quatro produtos, com os resultados seguintes: nada foi detectado ao nível do camarão; em relação à carne de porco foram encontrados vestígios de medicamentos autorizados; nos ovos foram encontrados vestígios de medicamentos antiparasitários e, finalmente, no mel foram detectadas quatro amostras que continham cloranfenicol, uma substância interdita na União Europeia. Ou seja, das 80 amostras, só em quatro, e num único produto, foram detectados antibióticos interditos.

Naturalmente que estas matérias preocupam as autoridades sanitárias nacionais, que estão, por isso, disponíveis e abertas à colaboração com todas as entidades. Embora consideremos que em todas as circunstâncias deve primar o rigor da análise, julgamos também que se devem evitar a desinformação e os alarmismos facilmente aproveitáveis e, finalmente, ter em conta que existem entidades oficiais que actuam e têm competências nesta matéria.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ao consumidor português não pode ser transmitida, de forma alguma, a ideia de que a qualidade alimentar depende de iniciativas avulsas desta natureza, no desconhecimento da existência de serviços, de capacidades e competências no Estado para o efeito.

A DECO realizou 80 análises a quatro produtos, mas é preciso, antes de mais, ter em conta que os serviços oficiais fizeram, em 2002, 6802 análises de pesquisa de resíduos a produtos alimentares, 1055 análises a alimentos para animais, para além das 4884 análises efectuadas pela Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar para outros fins.

Além disso, nesta matéria existem normas muito rígidas na União Europeia, às quais Portugal está vinculado, que definem quais as substâncias autorizadas, dentro de certos limites, e quais as substâncias interditas, bem como os comportamentos e procedimentos a utilizar pelos Estados-membros.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se, peço-lhe para concluir.

O Orador: — Neste contexto, Portugal dispõe de um Plano Nacional de Controlo de Resíduos em produtos de origem animal e de um plano internacional de controlo de alimentos para animais.

Ao abrigo do Plano Nacional de Controlo de Resíduos para 2002, os resultados apurados até ao momento permitiram detectar 124 casos de substâncias não autorizadas, cuja positividade dá origem a processo-crime e à consequente participação ao Ministério Público.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se. Termine, por favor.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Em síntese, Srs. Deputados, existem regras bem definidas contra a utilização de certas substâncias nos alimentos e na alimentação animal, existem planos anuais de actua-

ção e controlo de resíduos aprovados pela Comissão, existem serviços com capacidade laboratorial e analítica adequada, que executam correctamente esses planos, pelo que não é legítimo, nem se pode, de forma alguma, dar aos consumidores portugueses a ideia de que nada existe a esse respeito em Portugal.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Com todo o respeito, penso que se desconhece os elementos e dados deste estudo deveria conhecê-los.

Quanto à questão do alarmismo que colocou, embora pense que não se trata de alarmismo, penso também não deveremos minimizar os estudos apresentados por esta revista.

Relativamente à que questão que levantou sobre à qualidade do camarão, é importante que seja aqui esclarecido que dos quatro produtos que foram analisados — e eu mencionei aqui três —, o camarão foi o único onde não foram encontrados os vestígios que referi.

Mas o que gostaríamos que aqui nos tivesse sido dito era que segurança e confiança podem ter os portugueses na sua alimentação, sem alarmismos mas também sem minimização, e que medidas de fiscalização e de punição o Sr. Secretário de Estado pretende adoptar relativamente às empresas que foram detectadas como possuidoras destes elementos de elevada toxicidade nos seus produtos.

Portanto, não se trata de alarmismo, trata-se de os portugueses poderem ter confiança numa questão tão essencial como a da sua alimentação e de saber que risco correm as populações. E o Sr. Secretário de Estado, com todo o respeito, não respondeu a nenhuma destas questões.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Na nossa perspectiva, a segurança e a qualidade alimentar só se podem enquadrar, adequadamente, se o nosso país dispuser de mecanismos de vigilância e controlo capazes de prevenir e de impedir situações como as que vêm descritas no estudo da DECO.

Aliás, as recentes crises sanitárias provocadas pelas dióxinas descobertas nos alimentos, as preocupações em torno da BSE na carne para consumo humano ou o uso de antibióticos em géneros alimentares, constituem, Sr. Secretário de Estado, problemas tão graves do ponto de vista da saúde e da segurança dos consumidores que não pode haver hesitações quanto a medidas que eliminem as fragilidades do sistema de controlo da qualidade alimentar.

A própria Direcção-Geral de Saúde admitiu, recentemente, através das declarações do Sr. Director-Geral, que há falhas no sistema de vigilância à variante humana da BSE.

A alimentação não pode transformar-se num risco para os portugueses, Sr. Secretário de Estado! Por isso, para se poder garantir alimentos saudáveis, torna-se fundamental controlar toda a cadeia alimentar, desde a produção ao consumo. Por isso, a qualidade alimentar tem de constituir um princípio absoluto em qualquer política de consumo!

Foi com este tipo de preocupações que o governo do Partido Socialista decidiu, e bem, pôr em marcha o processo de criação e instalação da Agência de Segurança Alimentar, entidade a quem foram conferidas competências no âmbito do controlo e da fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos. No entanto, o seu Governo, com o argumento de querer flexibilizar a orgânica da agência, acabou por lhe retirar, precisamente, competências nos domínios da fiscalização e do controlo, vivendo-se hoje uma situação de incerteza quanto ao seu futuro. Por isso, os consumidores portugueses, Sr. Secretário de Estado, têm razões de sobra para estar preocupados.

Assim, gostaria de lhe perguntar: que entidade assumirá competências em matéria de fiscalização e controlo? Uma entidade reguladora? Uma alta autoridade? Que medidas urgentes vai o Governo adoptar no sentido de impedir as situações como as que foram descritas no relatório da DECO? A Agência para a Segurança Alimentar vai ter competências no domínio das sanções penais?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se.

A Oradora: — Termina já, Sr. Presidente.

No actual contexto político, que medidas de segurança reforçada vão ser adoptadas para proteger os circuitos de produção e de distribuição alimentar?

Para evitar o alarmismo, Sr. Secretário de Estado, é preciso falar verdade, prevenir os danos e, fundamentalmente, exigir vigilância laboratorial.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias. Dispõe também de 2 minutos.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a questão central que se coloca é a da capacidade de resposta do dispositivo do Estado em matéria de garantir e fiscalizar a segurança e a qualidade alimentar.

Nesse aspecto, recorde um requerimento do PCP, de Maio de 2002, a que o Governo respondeu em Julho anunciando a tomada de medidas, a curto prazo, relativamente, por exemplo, à questão da agência para a qualidade e segurança alimentar.

Sr. Secretário de Estado, não basta instituir, por decreto, uma agência ou, depois, alterar, também por decreto, a sua instituição, é preciso criar as condições para que a intervenção concreta tenha lugar no terreno. Houve uma portaria, houve um decreto-lei, mas não foram ainda tomadas medidas concretas, não foram ainda criadas as condições.

Devo recordar que fez agora dois anos que foi publicado pela União Europeia o livro branco da qualidade alimentar (Livro Branco sobre a Segurança dos Alimentos), que traçou linhas de intervenção com que o Estado português se comprometeu, entre as quais a avaliação dos riscos com apoio científico, a recolha, análise e disponibilização de informação também ao nível dos riscos, a gestão de um sistema eficaz de alerta rápido, intervindo rapidamente no mercado.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, a questão coloca-se, por exemplo, nesta matéria concreta. Os produtos identifi-

cados foram retirados? Mantêm-se em circulação? Os locais de venda foram sancionados? Vão sê-lo? Que sentido faz, na prática, existir uma situação em que uma associação de defesa do consumidor concretiza as medidas que o Estado acaba por não garantir?

Sr. Secretário de Estado, estamos perante um aspecto — a fiscalização e o controlo da segurança alimentar —, que é um serviço público que o Estado tem de garantir, estamos perante uma questão de saúde pública, estamos perante um direito fundamental dos cidadãos.

Portanto, nesta matéria, há uma responsabilidade acrescida do Estado em saber, até do ponto de vista das consequências para a saúde, aquilo que está a ser colocado no mercado e que o Estado tem de acompanhar. Essas medidas não podem ser, com todo o empenho que as associações têm demonstrado, apenas a única solução. O Estado tem uma responsabilidade que tem de cumprir.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos adicionais, o Sr. Deputado Gonçalo Breda Marques.

O Sr. Gonçalo Breda Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas, a revista *Teste Saúde* elaborou um estudo, já aqui referido, sobre qualidade alimentar que motivou algumas preocupações e, naturalmente, alarme sobre a nossa segurança alimentar.

No entanto, tal como referiu o Sr. Secretário de Estado, dado que se trata apenas de um estudo e que utiliza um tipo de metodologia que não conhecemos, parece-nos que poderá ser de alguma forma abusivo generalizar e tirar conclusões com base em tão curta evidência científica.

Muito embora se reconheça a importância dos estudos de forma independente, o Estado deve continuar a realizar igualmente análises da sua responsabilidade, em número muito superior às supostamente apresentadas neste estudo, para que possa, assim, haver alguma tranquilidade em matéria de segurança alimentar.

Sr. Presidente e Sr. Secretário de Estado, de facto, o governo socialista também aqui fez uma tentativa para inovar, tendo criado a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas a verdade é que, mais uma vez, se ficou pelo papel, pela tentativa e pouco mais do que isso.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Está enganado!

O Orador: — Enfim, ficou pelo diploma.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Contudo, essa agência pretendia aglutinar poderes de informação e avaliação com os de fiscalização.

Concretamente, tendo em conta a necessidade de abranger áreas cada vez mais diversas na fiscalização dos géneros alimentícios e face às novas realidades da oferta alimentar do mercado, que esforço vai o Governo desenvolver em termos de reestruturação dos serviços de fiscalização,

no sentido de aumentar a sua eficiência, nomeadamente em termos de efectivos técnicos e de recursos financeiros?

Sr. Secretário de Estado, que modelo este Governo pretende implementar para a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar? Existe alguma vantagem em separar os poderes de fiscalização e manter uma agência de carácter independente dedicada à avaliação e comunicação de risco?

Que tipo de iniciativas vai o Governo desenvolver, no sentido de controlar as prescrições veterinárias?

Por outro lado e antes de terminar, aproveito a oportunidade para salientar e reforçar os esforços de educação alimentar e de informação do consumidor que têm sido desenvolvidos no âmbito da colaboração entre os vários ministérios.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos adicionais, o Sr. Deputado Miguel Paiva.

O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas, pese embora as reservas que já aqui nos transmitiu, a verdade é que o estudo da *Teste Saúde* apresenta resultados que são verdadeiramente preocupantes.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Desde logo, porque estas substâncias, para além de não serem nada saudáveis para os próprios animais a quem são administradas, afectam também o sistema imunitário dos seres humanos que consomem os respectivos produtos. Recordo que estamos a falar de antibióticos, logo de inibidores, que actuam sobre o sistema imunológico e que, de forma crescente, vão degradando as resistências do próprio corpo humano às doenças.

A Sr.^a Luísa Portugal (PS): — Muito bem!

O Orador: — A Organização Mundial de Saúde, de resto, tem alertado, com frequência, para esta situação.

Por outro lado, este caso levanta também um problema de confiança dos consumidores, o que não é menos importante. Ao lermos o estudo, ao contabilizarmos o número de produtos aí referenciados e que quotidianamente usamos na nossa alimentação — e que agora, enfim, passam a constar de uma lista de produtos a evitar, se me permitem —, naturalmente que nos apercebemos que dificilmente podemos continuar a confiar em muitos dos alimentos que ingerimos.

A verdade, porém, é que o estudo evidencia uma situação que não é nova. Numa das últimas inspecções realizadas por peritos veterinários europeus a Portugal, a utilização descontrolada ou pouco fiscalizada de medicamentos que põem em causa a saúde pública foi uma das irregularidades detectadas e referenciadas. O comércio ilegal e irregular deste tipo de medicamentos de uso veterinário também foi referido e tem naturalmente de nos preocupar.

Com mais este caso, torna-se evidente a importância de uma fiscalização do prado até ao prato, como forma de nos tranquilizar e assegurar a nossa saúde.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, a Administração Pública tinha já conhecimento destes casos e tinha já desenvolvido algumas acções preventivas que evitassem estas situações?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Só mais uma última questão, que julgo importante e que já aqui foi abordada, que tem a ver com a agência alimentar: que reestruturação se espera para esta agência, de forma a que nos garanta aquilo que, no fundo, nos preocupa a todos?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas. Peço-lhe para ser o mais conciso possível.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas: — Sr. Presidente, suponho que disponho de 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Sim, mas é bom que não os utilize, por favor.

O Orador: — Gostaria de os utilizar, Sr. Presidente, na medida em que foram colocadas questões que considero que merecem uma resposta circunstanciada.

Quero começar por dizer que estranho bastante algumas das afirmações que foram aqui feitas. Cheguei à conclusão que ninguém me ouviu.

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Orador: — Tenho a sensação de que todos conhecem aquilo a que se chama o «estudo da DECO», coisa que o Governo não conhece, apesar do próprio Ministro, pessoalmente, se ter dirigido à DECO para o pedir. Desconhecemos, por absoluto, o estudo da DECO.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é extraordinário!

O Orador: — É fundamental, nesta matéria, falar com rigor, Srs. Deputados. É fundamental, primeiro, saber do que se fala e, segundo, falar com rigor e houve aqui Srs. Deputados que falaram de coisas de que não sabem e falaram, portanto, sem rigor.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é absolutamente insultuoso e disparatado!

O Orador: — Nesta matéria, não é possível fazer qualquer análise sobre os resultados apresentados pela DECO sem conhecer as questões básicas e prévias que há pouco referenciei. Quais foram os métodos de análise? Qual foi o nível de resíduos encontrado? Qual foi o laboratório de referência onde foram feitas as análises? Isto porquê, Srs. Deputados? Porque existem regras na União Europeia para esta matéria.

O Sr. José Magalhães (PS): — E nós não sabemos?!

O Orador: — Não é qualquer laboratório que faz uma análise para pesquisa de resíduos, utilizando um qualquer critério!

O Sr. José Magalhães (PS): — E a DECO não sabe?!

O Orador: — Os critérios estão definidos pela União Europeia.

Existe, em Portugal, um laboratório de referência, que é o LNIV (Laboratório Nacional de Investigação Veterinária) — único laboratório em Portugal autorizado nesta matéria —, que controla os resíduos de acordo com métodos definidos pela União Europeia e é, ele próprio, auto-controlado pela Comissão, e devo dizer que tem excelentes resultados.

Não posso aceitar um estudo, em relação ao qual não duvido dos méritos mas que ninguém conhece, que faz uma análise a 80 produtos, quando anunciei aqui que foram feitas, em 2002, em Portugal, só em matéria de resíduos, 6800 análises. No entanto, os senhores não querem saber dos resultados das 6800 análises feitas por laboratórios oficiais...

O Sr. José Magalhães (PS): — Queremos!

O Orador: — ... e amarram-se a 80 análises feitas há oito meses mas divulgadas agora, não se sabe aonde e com que critérios.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Isto, do meu ponto de vista, é total ausência de rigor, numa matéria onde todos temos de ser rigorosos. Asseguro que o Governo é rigoroso nesta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao estudo da DECO, estamos conversados.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Não, não estamos!

O Sr. José Magalhães (PS): — Começámos a conversar!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não há diálogo. O Sr. Secretário de Estado expõe as suas opiniões livremente. Tenha a bondade de continuar.

O Orador: — Quanto ao estudo da DECO, estamos conversados.

A DECO detectou, em 80 análises, quatro antibióticos proibidos. Os serviços oficiais detectaram, em 2002 — até agora, porque ainda não terminou o estudo —, 124 antibióticos proibidos e actuaram, Srs. Deputados! Os senhores pensam que não, mas actuaram.

O Sr. José Magalhães (PS): — Em que condições?

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Então, explique lá!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Em que condições?

O Orador: — Posso dizer-vos que foram instruídos, até agora, e participados ao Ministério Público — porque a utilização de um antibiótico proibido configura um crime — 64 processos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Onde estão os processos?

O Orador: — Há 29 explorações agrícolas que estão sob sequestro e que estão impedidas de produzir!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Está a ver como fizemos bem em perguntar!

O Orador: — Pois, fizeram bem em perguntar, mas podem perguntar aos serviços. Não precisam de vir para aqui dizer isto!

Protestos do PS, do PCP e do BE.

Não há qualquer segredo nesta matéria! Não é legítimo é que os Srs. Deputados, baseados num estudo que ninguém conhece, façam afirmações generalistas e ponham em causa os serviços públicos. Não é sério, não é legítimo e carece de rigor!

Aplausos do PSD.

Srs. Deputados, a segurança alimentar não é património de ninguém.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é óbvio!

O Orador: — Os senhores não querem mais segurança do que eu e não admito que digam isso.

Protestos do PCP e do BE.

A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE): — Não está a responder às questões!

O Orador: — É isso que estou a fazer desde o princípio!

A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE): — Não está!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não podem interromper o orador sem o seu consentimento.

Sr. Secretário de Estado, tenha a bondade de concluir, porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: — Sr. Presidente, vou prosseguir com todo o gosto.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, no entanto, escusa de ser muito agressivo para com os Srs. Deputados, porque eles também exprimem as suas opiniões livremente.

O Orador: — Sr. Presidente, não posso aceitar que, tendo começado por dizer que o Sr. Ministro da Agricultura solicitou o estudo à DECO, a Sr.ª Deputada tenha dito que o Governo não conhecia o estudo mas tinha obrigação de conhecer.

A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE): — Claro!

A Sr.ª Luísa Portugal (PS): — Com certeza!

O Orador: — Não sei como!

Risos do PS, do PCP e do BE.

Srs. Deputados, gostaria que ficasse muito claro que, para o Governo, nesta matéria, que é a séria, devemos todos ser rigorosos, porque, se não o somos, estamos a contribuir para o aproveitamento de uma matéria que é facilmente aproveitável pela comunicação social e pela opinião pública com o objectivo não de informar mas de desinformar. E, nesta matéria, o pior que pode haver é a desinformação.

Os portugueses não podem estar à espera — porque é falso — de uma revista ou de uma entidade privada, seja ela qual for, para «descobrir a pólvora», e a «pólvora» é que existem antibióticos nos alimentos.

A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE): — Quando o Estado não cumpre o seu papel!...

O Orador: — Não é preciso, porque o estudo fez 80 análises e descobriu quatro antibióticos, mas nós fizemos 6800 análises!

A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE): — Bastava uma!

O Orador: — Mas posso dizer mais. Se querem mais números, digo-vos mais. Em alimentos para animais, em 2002, foram feitas 1055 análises; em 2003, serão feitas 1258. Em matéria de fiscalização na indústria, no comércio e na estrada, em 2002, foram controladas 35 445 t de produtos de origem animal, tendo sido apreendidas 1827 t, e foram controladas 215 000 t de produtos de origem vegetal, de que foram apreendidas 1541 t.

O Sr. José Magalhães (PS): — Devia ter começado por aí!

O Orador: — Foram realizadas 4885 análises, das quais 291 não estavam conformes. Foram instaurados 2085 processos e foram suspensas actividades a 104 empresas.

Por conseguinte, Srs. Deputados, em Portugal existem entidades que têm competências na área da fiscalização, que tem competências na área da capacidade laboratorial. Existem serviços que funcionam.

A Sr.ª Luísa Portugal (PS): — Mas o problema existe!

O Orador: — Funcionam bem, mas queremos que funcionem melhor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Indiscutivelmente, o Governo entende que, em matéria de segurança alimentar, só há uma regra: a exigência.

É ao nível dessa exigência que iremos reforçar os serviços, dotando-os com os meios adequados, designadamente em termos financeiros, o que já foi feito este ano. Gostaria de esclarecer mais uma vez os Srs. Deputados que, apesar das restrições orçamentais, as verbas para a segurança alimentar previstas no PIDDAC (os Srs. Deputados podem ir lá verificar) duplicaram!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Gostaria também de dizer aos Srs. Deputados que, em matéria de postos de inspecção fronteiriços, que são os postos por onde entram os produ-

tos de países terceiros — e é bom dizer que toda a União Europeia é vulnerável à importação de produtos alimentares provenientes de países terceiros, porque as regras e as exigências são menores nesses países do que na União Europeia —, desenvolvemos uma acção no sentido de aumentar o controlo nos postos de inspecção fronteiriços.

Nos últimos meses, foram feitas inspecções a 89 remessas de importação, tanto de marisco como de pescado, o que equivale a vários milhares de toneladas, com o objectivo de controlar a existência de bactérias interditas e o cloranfenicol. Posso dizer-vos que, em matéria de antibióticos, as análises foram negativas, tendo havido detecção de bactérias proibidas, caso em que os produtos ou foram destruídos ou devolvidos à procedência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Por fim, o problema da agência alimentar, questão já antiga para cuja resposta disponho de apenas 50 segundos, pelo que procurarei ser muito rápido.

Em Portugal, não temos nenhuma agência alimentar e precisamos de ter.

O **Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Pois precisamos!

O **Orador:** — Do ponto de vista do Governo, o que pretendemos, e certamente vamos conseguir, é um figurino de agência alimentar idêntico ao que corresponde à Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (AES). Pretendemos dispor de uma agência alimentar vocacionada para a avaliação do risco, uma agência de carácter científico que possa ter um papel informativo para as empresas e para os consumidores e que possa ser uma espécie de consciência política de quem tem obrigação de decidir, definindo os pareceres para quem decide.

O **Sr. Bruno Dias (PCP):** — Há oito meses, disse-nos que seria a curto prazo!

O **Orador:** — Simultaneamente, está em curso uma comissão de trabalho que tem por objectivo reestruturar toda a área de fiscalização no âmbito do Ministério da Agricultura, tanto dentro como fora do Ministério, pois existem serviços de fiscalização tanto na Agricultura como na Saúde, nas câmaras municipais, no Ministério da Economia, etc. Assim, vamos procurar reestruturar tudo isto, englobando tudo num único organismo, no sentido de ganharmos eficácia em termos de meios e, sobretudo, eficácia em termos de segurança para os consumidores.

O **Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Lá para as «calendas gregas»!

O **Orador:** — Sr. Deputado, se é para as «calendas gregas», cá estaremos para ver, mas penso que, no limite, as «calendas gregas» serão no dia 31 de Dezembro deste ano.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O **Sr. Presidente:** — É indispensável que fique claro que os Srs. Deputados são livres de formular as questões que entenderem e o Governo é obrigado a responder às mesmas. Este ponto é inquestionável, faz parte do contraditório essencial no Parlamento.

Aplausos do PS, do PCP e do BE.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nosso trabalhos de hoje.

Hoje mesmo haverá reuniões de comissões da parte da tarde, tal como na próxima terça-feira. Chamo, ainda, a atenção para as jornadas de trabalho, organizadas pela Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, sobre as incidências das políticas europeias relativamente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A próxima sessão plenária terá lugar na quarta-feira, dia 12, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: período de antes da ordem do dia e período da ordem do dia, de que constará a discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 40/IX — Aprova o regime jurídico da concorrência, seguida da discussão, igualmente na generalidade, do projecto de lei n.º 178/IX — Aprova a lei-quadro sobre autoridades reguladoras independentes nos domínios económico e financeiro (PS).

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Maria Assunção Andrade Esteves
Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
Pedro Miguel de Azéredo Duarte
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
Leonor Coutinho Pereira dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

António Herculano Gonçalves

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

António Paulo Martins Pereira Coelho

Carlos Alberto da Silva Gonçalves

Carlos Jorge Martins Pereira

Carlos Manuel de Andrade Miranda

Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho

Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa

Jorge José Varanda Pereira

José António Bessa Guerra

José Manuel Pereira da Costa

Manuel Joaquim Dias Loureiro

Marco António Ribeiro dos Santos Costa

Maria Eulália Silva Teixeira

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Partido Socialista (PS):

Fausto de Sousa Correia

Francisco José Pereira de Assis Miranda

João Cardona Gomes Cravinho

Luís Manuel Carvalho Carito

Maria Cristina Vicente Pires Granada

Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta

Nelson da Cunha Correia

Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco

João Maria Abrunhosa Sousa

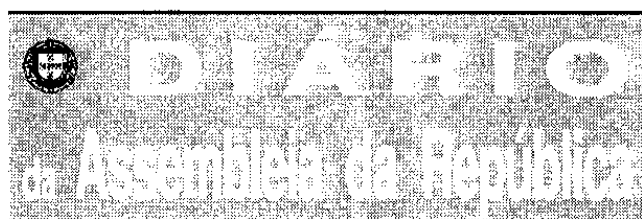
João Rodrigo Pinho de Almeida

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 1,60